



Anais da Assembleia

Nº 72

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE AGOSTO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 1984

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Francisco Escorsin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélie Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente,

A Liderança do PMDB nesta Casa, com base no § 2º, do Artigo 74 da Constituição Federal, vem requerer o Registro dos seus Delegados ao Colégio Eleitoral, a saber:

DELEGADOS TITULARES:

Anibal Khury
Antônio Annibelli
Amélie Hruschka
Arlei Tilfrid Ferrari Júnior
Artagão Mattos Leão

Eduardo Baggio

DELEGADOS SUPLENTE:

Acir Mezzadri

Orlando Pessuti, a fim de ser comunicado ao Presidente do Congresso Nacional, juntando para tanto a inclusa ata da reunião da Bancada Majoritária nesta Assembleia.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

Líder do PMDB

Requerimentos:

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei nº 149/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 121/84), que autoriza o Poder Executivo permutar datas de terrenos com a Prefeitura Municipal de Ibiporã, para construção da nova Delegacia de Polícia naquele município.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) FIORI LUIZ

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, para o Projeto de Lei nº 34/84, que dispõe sobre eleições diretas para Diretores de Estabelecimentos de Ensino de Primeiro e Segundo graus.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa seja dado a preferência de votação ao Projeto de Lei nº 174/84.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento, no último dia 11, do Dr. Paulo Patriani, figura de destaque na sociedade paranaense.

O Dr. Paulo Patriani, figura dinâmica e benquista por todos aqueles que com ele tiveram a ventura de privar, dedicou grande parte da sua vida à Federação da Agricultura do Estado do Paraná, da qual foi Presidente por diversas vezes, dedicou também, por muitos anos, sua atenção ao Coritiba Football Club, em cujo Conselho Deliberativo, foi, por muitos anos, figura de destaque.

Compartilhando da dor de sua família e do seu vasto círculo de amizades, propomos portanto a esta Casa o presente voto de pesar, do qual solicitamos, outrossim, que seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata desta sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento, no último dia 12, do Sr. Anísio Luz, figura ímpar na vida política e social do Estado do Paraná. Ex-Deputado Estadual, tendo sido um dos Constituintes

de 1946, Anísio Luz deu a sua profícua contribuição ao nosso Estado não apenas como membro ativo e destacado desta Assembléia Legislativa, mas, também, como Presidente da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e como membro do Tribunal de Contas do Estado, funções que exerceu com brilho e altivez.

Com a perda de Anísio Luz, perde o Paraná um de seus vultos eméritos e é com profundo respeito que solicito a esta Casa, outrossim, que do presente voto seja dada ciência a sua viúva D. Maria José de Lima Luz, filhos e netos, à rua Engenheiro Rebouças, 568, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor GLAUCO D'ÁUREA VIEIRA, ocorrido ontem, nesta cidade.

Outrossim, aprovado o presente, REQUER seja comunicada a decisão da Casa à família enlutada na pessoa da senhora Sônia Vieira, à Rua Cel. Otoni Maciel, 600.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) ACIR MEZZADRI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e com base no Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de voto de pesar à Família Joaquim de Oliveira pelo seu lamentável passamento, ocorrido a 13 de agosto do corrente.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente automobilístico, perdeu a vida o pioneiro Joaquim de Oliveira, bem sucedido fazendeiro da Região de Umuarama, exemplo de trabalho e honradez que deve ser seguido por todos.

Encaminhe-se este expediente à Avenida Maringá n.º 4.701 - Umuarama - Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO GUENO, ex-Vereador de Colombo.

REQUEIRO, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. PAULO PATRIANI.

REQUEIRO, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulação ao Jovem Paulo Antônio Ramires Jamur, pela brilhante participação nos XXIII Jogos Olímpicos de Los Angeles.

REQUER ainda que o inteiro teor deste seja dado ciência aos seus pais José Jamur Júnior e Maria Luiza Jamur à Rua João Chanel, 800 - TV Iguaçu - Canal 4 - Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

JUSTIFICATIVA:

Paulo Antônio Ramires Jamur, represente hoje, a esperança de muitas vitórias numa próxima Olimpíada, pela juventude, pela garra e pelo seu espírito de luta. E num futuro próximo as suas vitórias pessoais muito engrandecerão o esporte brasileiro e principalmente do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a suspensão da Sessão Plenária do próximo dia 21 de agosto corrente, em virtude da realização naquela data da Mesa Redonda sobre Erosão e Práticas de Controle.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Como se trata de um tema abrangente, da maior atualidade e centro das principais atenções do Governo do Estado, requer-se a não realização da Reunião Plenária do dia 21 de agosto para que todos os parlamentares com assento nesta Casa possam dar sua contribuição pessoal nas discussões do tema EROSAO E PRÁTICAS DE CONTROLE.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

Considerando que a legislação brasileira que regula o registro, uso e comércio de agrotóxicos data de 1934 e que, desde então vem o Governo Federal legislando supletivamente através de Decretos e Portarias, que podem ser baixadas ou alteradas sem a indispensável manifestação do Legislativo, o que facilita a ação das multinacionais, interessadas muito mais no aumento de seu faturamento que na saúde popular;

Considerando que, em decorrência da situação existente em diversos Estados da Federação foram aprovadas leis que tiveram como principal objetivo a defesa das condições sanitárias, não apenas do homem no campo exposto diariamente à ação de biocidas de incalculável periculosidade, alguns deles, inclusive, proibidas em seus países de origem, como, também aos habitantes das cidades que vem a consumir produtos alimentícios contaminados com venenos da mesma natureza;

Considerando, ainda, que ao sentirem a eficaz e pronta ação estadual na defesa dos interesses de seu povo, através de Leis que regulamentam, no âmbito do Estado o uso de agrotóxicos, as empresas multinacionais encetaram violento movimento, na defesa, não do povo, mas dos capitais estrangeiros que representam, no sentido de que seja declarada a inconstitucionalidade das Leis estaduais sobre os chamados "defensivos" e pressionando o Governo

Federal no sentido de que seja mandado ao Congresso Nacional projeto que, deitando por terra as conquistas estaduais, venha atender a seus escusos interesses, REQUER, seja encaminhado a cada representante do Povo Brasileiro, nas duas Casas do Congresso o mais veemente apelo no sentido de que seja rejeitado o Projeto de Lei a ser apresentado pelo Ministério do Planejamento sobre a matéria, por se tratar de iniciativa espúria, que desrespeita a vontade da população brasileira, manifestada soberanamente através das conquistas obtidas pela legislação estadual, que atende às peculiaridades e características regionais, visando, antes de mais nada a defesa do povo contra a pretensão das multinacionais que, ávidas de lucro, deixam de se preocupar com os malefícios que possam advir ao agricultor e consumidor: pelo uso indiscriminado de produtos, muito dos quais de uso proibido ou desaconselhado: pelas trágicas consequências que acarretam.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) PAULO FURIATTI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração de voto de apoio aos organizadores do II Congresso UNIOVENS de Medianeira, realizado no último dia 12 de agosto naquele município com a participação de vários segmentos da sociedade da região Oeste do Estado. Na ocasião esteve em debate a necessidade da criação da Faculdade Estadual de Medianeira.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A educação superior representa o coroamento do edifício da sociedade porque permite às forças sociais a aplicação produtiva do conhecimento acumulado ao longo das gerações e se bem orientada, representa a canalização do processo de desenvolvimento em favor da realização integral do homem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Dr. MAURÍCIO FRUET, Digníssimo Prefeito Municipal de Curitiba, que determine ao Departamento competente da Municipalidade que estude a possibilidade de serem isentos do pagamento do Imposto Predial os atuais desempregados de nossa Capital devidamente cadastrados junto a órgãos que controlam tal situação.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, DD. Secretária de Estado da Educação, que determine, ao Departamento Competente daquela Pasta, que estude a possibilidade de ser fornecido, gratuitamente, material escolar e respectivos uniformes a alunos, das Escolas Estaduais, filhos de desempregados, devidamente cadastrados em órgãos que controlam tal situação.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Dr. JOSÉ RICHIA, Digníssimo Governador do Estado, no sentido de que Sua Excelência determine sejam procedidos estudos junto às entidades competentes para que sejam isentos do pagamento do consumo de Luz Elétrica e de Água e Esgotos os atuais desempregados de nosso Estado devidamente cadastrados por órgãos que controlam tal situação.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor AFFONSO ANTONIUK, Digníssimo Superintendente Regional da Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL no sentido de ser estudada a possibilidade de ser atendida, gratuitamente pela mesma, alimentação básica aos atuais desempregados de nosso Estado, devidamente cadastrados em órgãos que controlam tal situação.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Dr. DENI LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário de Estado dos Transportes, que determine, junto ao órgão competente da Pasta, estudos no sentido de ser colocado um ônibus na linha de Quatro Barras com saída às 11:45 horas da Rodoviária de Curitiba, a fim de atender um grande número de estudantes da região, conforme solicitação de abaixo assinado em anexo.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, para que seja estudada as reais possibilidades de contratação de mais um funcionário para a Municipalidade de Moreira Sales.

Tendo em vista o crescimento verificado em termos de serviços na Agência da COPEL existente na Municipalidade de Moreira Sales, torna-se necessário que o mais urgente possível, seja realizado a contratação de mais um funcionário para a mesma, no sentido de não somente eliminar o acúmulo de serviços ora verificados como também ampliar o atendimento junto a população.

Portanto, espera-se o encaminhamento de medidas concretas capazes de viabilizar a referida contratação e conseqüente ampliação dos serviços

da referida Agência de Moreira Salles.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública objetivando a construção de um prédio para o funcionamento da cadeia pública no Distrito de Corumbataí do Sul, pertencente a Municipalidade de Barbosa Ferraz.

O Distrito de Corumbataí do Sul, conta com uma população superior a onze mil habitantes, responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura e pecuária, sendo estes os ramos que dão sustentação sócio-econômica.

Em face do grande porte do referido Distrito, torna-se imprescindível que o mesmo seja dotado de estruturas a altura do seu processo desenvolvimentista.

No que tange ao setor de segurança, a comunidade sente-se atualmente até mesmo desprotegida, em razão de não poder contar com a presença mais efetiva dos policiais. Aliado a tal problema, o Senhor Jair Candido de Almeida percebendo as preocupações manifestadas, através deste requerimento subscrito por este Deputado, quer que essa Secretaria de Estado da Segurança Pública determine a construção de um prédio para o funcionamento da cadeia pública com dependências completas. Além disto que seja destinada também uma viatura devidamente equipada bem como maior quantidade de armamento.

Sem dúvida alguma que todas estas questões ora relacionadas servirão para o melhor desempenho policial no Distrito de Corumbataí do Sul, através da concretização dos pedidos mencionados.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER SEJA OFICIADO AO EXMO. SR. JARBAS PASSARINHO, MINISTRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, SEJA ENVIDADO ESTUDOS E ESFORÇOS NO SENTIDO DE RECONSIDERAR A POSIÇÃO SOBRE O NÚMERO DE INTERNAMENTOS FEITOS PELO HOSPITAL ITAMBÉ - LTDA, PELA JUSTIFICATIVA EXPOSTA, NO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ.

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Jarbas Passarinho, Ministro da Previdência Social, seja enviado estudos e esforços no sentido de reconsiderar a posição sobre o número de internamentos feitos pelo Hospital Itambé Ltda, no Município de Itambé.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Itambé Ltda., localizado no Município de Itambé, Estado do Paraná, vem efetuando ao público o atendimento em média

mensal, conforme levantamento anual, de aproximadamente 80 (oitenta) internamentos pela previdência Urbana e, pela Rural, a média de 60 (sessenta), nos últimos 05 (cinco) anos, totalizando assim, 140 (cento e quarenta) internamentos mensais, conforme poderão ser verificados nos arquivos da Previdência Social.

De acordo com as novas diretrizes da Previdência Social foram autorizados 20 (vinte) internamentos mensais para os previdenciários.

Pelo corrido o município será imensamente prejudicado devido aos problemas sócio-econômicos, que possam advir para a administração hospitalar, prefeitura, entidades de serviços e filantrópicas.

Dada a necessidade de continuar concentrando esforços para o atendimento na área hospitalar do Município, tendo em vista que nos últimos 05 (cinco) anos, comprovadamente diminuiu o índice de mortalidade infantil e de adultos, pelo fato do pronto atendimento do Hospital, se faz necessário nova tomada de posição.

Hoje, depara a Previdência com uma duplicidade e uma gama sem par de problemas, podemos reconhecer, todavia, com a redução assustadora do número de internamentos, não haverá condições de acudir os previdenciários do Município que, constrangido, frustrador, sem recursos, se vê obrigado a deslocar-se a outros locais, fora de seu Município, passando por privações maiores.

Diante do exposto é que solicitamos do Senhor Ministro da Previdência Social, seja enviado estudos e esforços no sentido de viabilizar a possibilidade do aumento do número de internamentos estipulados, se não os 140 (cento e quarenta), pelo menos 70% (setenta) por cento para que se possa atender as necessidades prementes do Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de acordo com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, bem como aos Secretários de Estado da Educação e da Administração, para que autorizem a efetivação de Teste Seletivo para fins de enquadramento no Quadro Próprio do Magistério Público Estadual, a professores, devidamente habilitados, que se encontram no Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Algumas dezenas de professores, efetivados pela Lei nº 7.208/79, de 15 de outubro de 1979, por força dessa lei, encontram-se no Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo, sem direito às vantagens e vencimentos estatutários, principalmente sem direito aos avanços vertical e diagonal, próprios da carreira de professor.

Diz o parágrafo único do art. 25, da Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980:

"O ocupante de cargo de Professor do Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo, que preencha os requisitos legais para o exercício de cargo do Quadro Próprio do Magistério, poderá participar do processo seletivo interno para o ingresso em cargo do referido Quadro Próprio, observada a habilitação específica e a existência de vaga, ficando extinto o cargo que

ocupava no Quadro Único”.

A própria Secretaria de Estado da Educação tem um levantamento correto do número desses professores, devidamente habilitados em suas disciplinas de enquadramento, bem como das vagas reais existentes para serem preenchidas por esses professores.

Falta-lhes apenas o cumprimento da exigência legal para o enquadramento: a efetivação do Teste Seletivo Interno, nos termos da Lei 7424/80.

A ausência desse enquadramento vem acarretando inúmeros prejuízos a esses professores, a saber:

a) salário bem inferior aos demais professores enquadrados, embora desempenhando função idêntica e tendo mesmas horas de trabalho;

b) não podem concorrer às promoções diagonal e vertical, próprias do pessoal do Quadro Próprio do Magistério;

c) c) aos poucos, seu rendimento operacional, torna-se menor em relação à sua real potencialidade, em vista de perspectivas negativas de melhores salários e vantagens, comparados aos demais do Quadro Próprio.

Daí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a razão deste nosso requerimento, e o apelo que faço ao Sr. Governador José Richa, à Professora Gilda Poli Rocha Loures, Secretária de Estado da Educação e ao Sr. José Olympio de Paula Xavier, Secretário de Estado da Administração, para que envidem esforços e autorizem a regularização da situação desses professores.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Diretor Superintendente do IPE – Instituto de Previdência do Estado, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, no sentido de que seja destinada uma ambulância devidamente equipada para a Coordenadoria localizada na municipalidade de Campo Mourão.

Faz-se necessário, mais do que nunca, condicionar um melhor atendimento ao conjunto da população integrante do quadro do funcionalismo público estadual, no que diz respeito ao setor previdenciário entre outros.

Neste sentido, visando o cumprimento de tais propósitos, a Coordenadoria do IPE existente na municipalidade de Campo Mourão, está reivindicando a destinação de uma ambulância devidamente equipada para a prestação de serviços junto aos previdenciários não somente os da cidade de Campo Mourão, mas também nos demais municípios pertencentes à área de atuação da referida Coordenadoria.

Em razão das exposições de motivos, espera-se que a pretendida reivindicação mereça o seu pronto atendimento dada a sua importância.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja transcrito nos Anais da Casa, o discurso do presidenciável

Tancredo Neves, que se encontra publicado no matutino “Gazeta do Povo”, edição do dia 13 de agosto de 1984, segunda-feira.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa, o documento firmado entre a Frente Liberal e o PMDB.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB nesta Casa, através de sua Liderança, REQUER a transcrição, nos Anais desta Assembléia, da nota oficial deste Partido, posicionando-se quanto à eleição para Presidente da República pelo Colégio Eleitoral.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI – Líder do PMDB

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 186/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica declarado de Utilidade Pública o “CENTRO ESPÍRITA FÉ, LUZ E CARIDADE”, com sede e foro no Município de Arapongas.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Fundado há mais de 15 anos, em Arapongas, o Centro Espírita Fé, Luz e Caridade, foi registrado em 06/12/67, no Livro “A” de Pessoas Jurídicas, do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos daquela cidade.

A vasta documentação que acompanha o presente plano de lei, preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 187/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º – Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE SUINOCULTORES, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 1984.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, está devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba,

estando portanto em efetivo funcionamento desde o ano de 1983, sem qualquer fim lucrativo e sem distribuir lucros a seus associados, preenchendo desta forma os dispositivos da lei que regulamenta a matéria aqui enfocada.

Assim sendo, solicitamos dos nossos ilustres Pares o devido apoio e posterior aprovação desta nossa iniciativa, por julgá-la de justiça.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito.

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O ilustre Deputado Nilso Sguarezi apresentou-se na sessão de ontem, com mais uma função, já que de duas, somos conhecedores. Como líder do Governo e líder do PMDB nesta Casa.

Entretanto, não sabíamos que o ilustre líder do Governo Peemedebista da Assembléia Legislativa do Estado tinha outra função, a de membro do SEI — Serviço Estadual de Informações, quando leu da tribuna, diversas cópias de telex de comunicados do Ministério do Interior e da SUDESUL, transferindo verbas para os municípios paranaenses, tanto do PMDB quanto do PDS, que foram relacionados numa prova inequívoca de que o Governo Federal não tem nenhum tipo de discriminação com o Estado do Paraná.

Eu e outros Deputados desta Casa comparecemos dias atrás em Brasília, e assistimos convênios firmados entre o Ministério do Interior e o Governo do Paraná, no valor de mais de 41 bilhões de cruzeiros, para que o Sr. Governador José Richa procure fazer alguma obra, em especial no campo social para todos os paranaenses, já que o dinheiro arrecadado pelo Estado não tem sido aplicado em obra nenhuma. Não tem uma obra do Governo José Richa que dignifique o seu governo no Estado do Paraná. Todas elas, os asfalto que recebemos, os belíssimos convites, é dinheiro carreado pelo Ministério dos Transportes, para que se dê continuidade às obras iniciadas no governo passado, no governo pedessista. Ainda tem agravantes sobre isto, quando vêm Deputados do PMDB criticar a convenção do PDS, que foi a mais democrática já assistida por todos os brasileiros. Enquanto que o PMDB se diz democrata, apresentou um ato homologatório e não uma convenção. Não deu opção aos convencionais pedessistas. Peemedebistas escolheram seu candidato, a exemplo do PDS.

Como que pode ser justificado um Partido que mentiu ao povo, que foi às tribunas para reivindicação do voto livre, secreto e consciente do seu povo hoje tentar, em passes de mágica, ludibriar e convencer a ida do seu Partido ao Colégio Eleitoral. E muitos desejam ir, muito bem e em boa hora.

O ilustre e inteligente Deputado Roberto

Requião transfere, ou pelo menos propõe a transferência de 5 milhões de cruzeiros em cada um, para suas despesas, para que Santa Catarina possa ser reconstruída tendo em vista os prejuízos tidos com a catástrofe acontecida naquele hospital beneficente do nosso Estado; ou quem sabe, muitos são contrários ao Colégio Eleitoral, mas cinco milhões dão cócegas no bolso e nas mãos, e deseja, numa justificativa mentirosa ao seu povo, comparecer a Brasília, de cabeça baixa, que nem cordeirinho e vaca de presépio, e apoiar o Governador Tancredo Neves e o grileiro de terras José Sarney para a vice-Presidência da República, ainda bem que este partido político....

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já estamos no dia 14 de agosto, e por incrível que pareça, as aulas na Faculdade de Paranaguá ainda não foram reiniciadas, porque persiste o impasse entre a pretensão da diretoria da escola e a pretensão dos alunos.

Foi nomeada uma Comissão, da qual fazem parte dois Deputados da Bancada do PMDB: o ilustre Deputado Roberto Requião, proponente da destinação de cinco milhões de cruzeiros de cada Deputado escolhido para o Colégio Eleitoral, para a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, já aprovado pela bancada do PMDB, o seu propósito, e também o Deputado Adhail Sprenger Passos.

Mas o impasse persiste. Os alunos tomaram a Faculdade, não aceitam o aumento proposto pela diretoria da escola, e não estamos encontrando uma solução por parte do nosso Governo.

Lamentavelmente, pude observar nos últimos dias, que a Secretária da Educação, Gilda Poli, não tem participado dessas discussões porque, por incrível que possa parecer, ainda que seja um caso da Secretaria da Educação, o assunto está destinado a sua solução através desta Comissão designada pela Casa Civil.

E o apelo que faço formalmente encaminhando requerimento à Mesa desta Casa, para que seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, é no sentido de que a Secretária da Educação assuma o comando deste impasse, e possa diretamente negociar com os alunos da Faculdade de Paranaguá.

Os compromissos do PMDB são inúmeros. Muitos, infelizmente, não estão seguindo o programa traçado deste PMDB.

O terceiro grau não é da responsabilidade do Estado, é da responsabilidade da União. Se homens do Paraná que ocuparam cargos importantes, inclusive Ministérios, mais precisamente o Ministério da Educação,

não tiveram a sensibilidade necessária para resolver os problemas do ensino superior no Paraná, pelo menos o Governo paranaense que minimize a situação delicada do ensino superior paranaense, e mais precisamente nos dias de hoje, na cidade de Paranaguá, na Faculdade que não é tão somente dos parnanguaras mas é da comunidade do litoral.

O apelo que encaminho à Mesa, Sr. Presidente, é para que o Sr. Governador do Estado possa tirar da Casa Civil e possa, destituindo essa Comissão, fazer com que a Secretária da Educação possa, diretamente com os alunos daquela escola, encontrar a melhor solução para o ensino que, hoje, sofre um verdadeiro impasse naquela cidade.

A nossa expectativa é de que a Secretária da Educação, sensível ao assunto, conhecedora profunda dos problemas da educação no Paraná encontre, num mínimo espaço de tempo, a solução que a comunidade do litoral está aguardando.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Airtón Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na ânsia de tentar atingir o PDS e de minimizar os efeitos democráticos da Convenção do meu Partido, o Deputado Nilso Sguarezi subiu à tribuna na sessão de ontem, para surpreender esta Casa com duas atitudes: a primeira, o que seria para o Líder do Governo, uma denúncia — o fato de o Governo Federal ter liberado recursos financeiros às Prefeituras do Paraná; surpreendeu a Casa o Deputado Nilso Sguarezi, pela aplicação com que se comportou, ao trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados, do visível tráfico de influência que exerce aqui na Assembléia Legislativa, se ocupando de telex encaminhado a parlamentares do PDS, numa flagrante violação do sigilo de correspondência, entregando à imprensa, telex encaminhado aos Deputados, comunicando a liberação de recursos financeiros.

Errou por duas vezes o nobre Líder do Governo José Richa: a primeira, quando pretendeu montar um escândalo em cima de um fato corriqueiro, porque não fora durante todos esses meses a compreensão e o apoio do Ministro Mário Andreazza, pelo Ministério do Interior, e muitos prefeitos do PDS estariam sem ter o que fazer, pela discriminação grosseira exercida pelo Governo José Richa e pelo PMDB.

Esqueceu, no entanto o nobre Deputado Nilso Sguarezi, de mencionar no seu discurso que há pouquíssimas semanas passadas, acompanhando o Governador do Estado ele, Deputado Sguarezi, esteve em Brasília no Gabinete do mesmo Ministro, para testemunhar a assinatura de convênios entre o Governo do Paraná, controlado pelo PMDB e o Ministério do Interior; e para este Estado foram encaminhados, destinados 40 bilhões de cruzeiros.

Pergunta-se: Richa vota na Convenção do PDS?

Richa é eleitor do Ministro Mário Andreazza? E mais ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados: pouquíssimas horas antes da convenção do meu Partido, o Prefeito Otto Cunha eleito pelo PMDB de Ponta Grossa, esteve no mesmo Gabinete, do Ministro Mário Andreazza, para assinar o Projeto CURA, (?) não, numa importância equivalente aos dez municípios mencionados pelo Deputado Nilso Sguarezi, cada um recebendo 10 milhões de cruzeiros, num total de cem milhões de cruzeiros, mas para receber, Srs. Parlamentares, a importância de dois bilhões de cruzeiros.

Pergunta-se: o Prefeito de Ponta Grossa vota na convenção do PDS? O Prefeito de Ponta Grossa é eleitor do Ministro Mário Andreazza?

Em Londrina e outros municípios do Paraná, na mesma leva dos telex encaminhados a esta Casa, que foram "surrupitados" e nós precisamos saber de que forma. E eu peço a atenção do Sr. Presidente, porque cada Parlamentar tem o direito à privacidade de sua correspondência. Pergunto mais ainda: como é que podemos conviver num ambiente em que não pode existir confiança nos mecanismos administrativos da Assembléia Legislativa do Paraná?

Sabíamos muito e agora estamos sabendo mais: aqui também se exerce um verdadeiro serviço de espionagem.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Um dos pontos fundamentais do programa do PMDB, amplamente divulgado na última campanha eleitoral, sem dúvida foi e continua sendo a moralidade na condução da administração pública, o tratamento da coisa pública com probidade e honestidade.

E moralidade não é um privilégio apenas do PMDB, mas uma exigência inquestionável de nosso povo, cansado de observar nas administrações anteriores a prática impune das irregularidades administrativas, mordomias, tráfico de influência, corrupção e incompetência.

Daí o grande sentimento de mudança, dos paranaenses, canalizado nas eleições de 1982, numa maciça votação no PMDB. O anseio popular se encontrou com as propostas políticas moralizadoras e austeras de nosso Partido.

Agora, passados 17 meses de posse dos prefeitos eleitos, gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados de divulgar desta tribuna, um balanço realizado pela Prefeitura de Assis Chateaubriand, que tem à frente do seu Executivo o peemedebista Osvaldo Laghi, e que demonstrou, apesar de todas as dificuldades impostas pelo Governo Federal através de uma centralização tributária absurda, ser possível desenvolver uma administração honesta, equilibrada e voltada para as principais prioridades da comunidade local.

Assis Chateaubriand assim como vários outros municípios, comprovou, na prática, a correção e a viabilidade da proposta peemedebista.

Quando o Prefeito Osvaldo Laghi assumiu a direção do município a situação era desoladora, a tal ponto que para cada mil cruzeiros em dívidas vencidas e empenhadas, existia disponível em caixa apenas Cr\$ 1,22. Isto significa que a dívida empenhada e vencida em 1.º de fevereiro de 1983 era de cerca de 300 milhões de cruzeiros, somando-se 200 milhões em dívidas de convênio, o que equivaleria a aproximadamente 500 milhões. E todo o dinheiro disponível, distribuído em 11 agências bancárias, somava apenas 370 mil cruzeiros.

Na época, para se ter uma idéia pormenorizada, cada criança nascida em Assis vinha ao mundo devendo mais de onze mil cruzeiros, isto é, uma família com seis pessoas, devia, no caso de uma distribuição "per capita" da dívida, mais de 66 mil cruzeiros, o equivalente a três salários-mínimos daquele período. Fôssemos corrigir pela inflação, o município estaria devendo aproximadamente 48 mil cruzeiros, e uma família com seis pessoas estaria devendo aproximadamente 291 mil cruzeiros.

Hoje, perfazendo um ano de cinco meses frente ao Paço Municipal, a situação anterior mostra outra figura, pois encontramos para cada mil cruzeiros em dívidas vencidas, 790 cruzeiros disponíveis. Pode-se afirmar com segurança que houve uma recuperação de 790 vezes superior ao montante da dívida.

Uma prefeitura soterrada por uma avalanche de dívidas e um parque de máquinas esfacelado não foi obstáculo para Osvaldo Laghi impor um sistema de trabalho honesto e dinâmico, cujo resultado se avalia hoje através do superávit. O município saiu das profundezas escuras das dívidas contraídas na gestão anterior, para um patamar límpido em que se vislumbra um futuro de grandes realizações.

A casa foi finalmente arrumada.

Entretanto, precisamos entender que este fato não significa o fim das dificuldades do município. A crise econômica nacional persiste e atinge Assis Chateaubriand. Continua também o verdadeiro assalto aos cofres municipais pelo governo central.

Este fato significa apenas que agora Assis Chateaubriand encontra-se em melhores condições para realizar o seu desenvolvimento, livre do peso e das amarras das dívidas deixadas pela administração anterior. Significa também, uma prova de que, mesmo em condições adversas, é possível para uma administração honesta e eficiente superar as dificuldades e trabalhar pela melhoria das condições de vida do seu povo.

E fica a confirmação. ~~do~~ Presidente e Sr. Deputados, deixada a exemplo de Assis Chateaubriand, de que a proposta programática do PMDB está sendo viabilizada, o que nos honra imensamente"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente. Srs.

Deputados.

Na tarde de ontem nesta sessão plenária, o Deputado Osvaldo Alencar Furtado fez acusações levianas e inconseqüentes ao Deputado Paulo Maluf, inclusive atingindo a integridade e a honorabilidade dos Deputados da Bancada do PDS que compõem esta Casa.

Lamento profundamente que o ilustre Deputado, inteligente como é, Osvaldo Alencar Furtado, irmão do grande Parlamentar, do brilhante tribuno José Alencar Furtado, chegou a esta Casa comigo em 1966, há 18 anos passados, não tenha a mesma serenidade do tribuno José Alencar Furtado. Inclemente, porém educado e às vezes até vigoroso e violento, porém, respeitando sobretudo o seu semelhante.

O Deputado Osvaldo Alencar Furtado precisa refletir um pouco mais e mirar-se no espelho do seu valoroso irmão, se tiver pretensões de evoluir na vida pública.

Quanto ao eminente líder do PMDB, Deputado Nilso Sguarezi, temos que compreender o seu papel de líder de bancada e, conseqüentemente, não teria outra alternativa senão justificar a idade avançada, propecta do seu candidato a Presidente da República, o governador Tancredo Neves.

Realmente, Tancredo Neves é um nome respeitável. Muito fez pelo Brasil nos seus cinquenta anos de vida pública, porém ter a pretensão de fazer uma analogia uma comparação de idade entre Tancredo Neves e Mao-Tsé-Tung e De Gaulle, querendo admitir que Tancredo Neves tem condições de gerir os destinos do País, porque De Gaulle e Mao-Tsé-Tung também foram governantes da França e da China, é uma temeridade.

A China, um país milenar, Deputado Nilso Sguarezi, um país de usos e costumes bem diferentes do nosso País: um país que tem uma estrutura talvez das melhores deste mundo e provaram agora nessas Olimpíadas, porque é um país avançado em tudo; não se pode comparar jamais pretender comparar, dirigir os destinos da China ao do Brasil.

Portanto, eu acho que é uma infelicidade muito grande querer comparar em termos de idade, a senilidade do Governador Tancredo Neves que não tem mais condições de gerir os destinos de um país com oito milhões e quinhentos mil metros quadrados.

Quanto a De Gaulle, a França, como as demais nações do Continente Europeu, desde a democracia, um país que tem tudo para oferecer ao resto do mundo, aos demais países do mundo, também não dá para comparar.

O Brasil, infelizmente, Deputado Sguarezi nós infelizmente, lamentavelmente, pertencemos ao Terceiro Mundo, um país com mil problemas que necessita de garra, do espírito de luta, com muita vontade de servir à Pátria, para sair por este país a fora, ver os seus problemas e tentar resolvê-los.

O Sr. Tancredo Neves, antes de começar a luta, já está pedindo água, pedindo "arrego" como se diz na gíria. Ele pediu — a imprensa publicou — que ele queria uma antecipação do dia em que os Deputados forem ao Colégio Eleitoral, queria antecipar para 15 de outubro, noventa dias antes, portanto. Por que

ele pretendia isso? Porque ele não tem condições físicas de chegar a 15 de janeiro, incólume como está hoje, e eu admito que hoje, se a eleição fosse hoje, Deputado Nilso Sguarezi, ele teria condições de vencer. Nestes cinco meses ele vai se desgastando gradativamente na proporção em que Maluf vai crescendo na opinião pública e no conceito do PDS

Eu quero, nesta minha afirmativa dizer a Vossa Excelência que Tancredo Neves já fez muito por este País, não tem mais nada a fazer porque a idade não permite.

A Imprensa nacional tem razão em afirmar que o PMDB está em pânico, o PMDB está preocupado, o PMDB está altamente intranquilo porque Maluf balançou as estruturas de Tancredo Neves, até então inexpugnáveis, e está ameaçando seriamente a sua vitória no Colégio Eleitoral, a ponto de a imprensa nacional temer - aquelas que fazem campanha em favor de Tancredo Neves - pela vitória de Paulo Maluf.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao próximo último orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Já diz o adágio popular: "Vinde aos bons que sereis um deles" porque nós já vimos transparecer a vitória de Maluf porque não é um homem que está num partido esdrúxulo, um partido que recebe Deus e recebe o Diabo. O Partido Comunista ostensivamente apoia a candidatura de Tancredo Neves; onde os banqueiros ostensivamente apoiam a candidatura de Tancredo Neves; onde ostensivamente o PMDB, os autênticos os homens que querem as diretas-já recebem e assimilam José Sarney.

Já disse o traidor Sarney sentado junto com quem cassou o ilustre Deputado Alencar Furtado. Onde está a honradez desta gente? Onde está a honradez dos homens assimilarem os traidores e o próprio irmão do Deputado vir aqui a defender os traidores que cassaram seu irmão? Onde está a honradez dos homens que se misturam pelos simples caprichos de ganhar uma eleição? Senhor Presidente, onde está, as diretas-já? Onde estão. Senhor Presidente, a moral e a sensibilidade política dos coitados que acreditam nesta terra e neste povo? Como pode Armando Falcão sentado com Alencar Furtado e vir seu irmão criticar a Paulo Maluf? Onde está a falta de sensibilidade e a falta de honra pelo simples capricho de não lembrar do passado? Quem não tem passado não pode prever o futuro.

Paulo Maluf há de ser o Presidente da República, e o nosso Partido há de estar unido para dizer um basta à demagogia. Que fizeram, Senhor Presidente, em favor do bem-estar do Partido, a não ser unidade com Tancredo Neves, unidade com Sarney, unidade com o traidor Vice-Presidente da República. Os homens que queriam ver o barco afundar. Mas o barco não afundou porque tem um timoneiro que se chama Paulo

Maluf. E haveremos de cobrar do Deputado Osvaldo Alencar Furtado, de pensar no futuro. Como pode ele defender homens que cassaram seu irmão? Como pode uma união esdrúxula? Veja o que fizeram para o seu passado. Veja o que fizeram para seu irmão, para depois, com a consciência limpa e tranqüila, vir criticar os homens, os amigos, que não foram traidores. Como podem Alencar Furtado e Armando Falcão sentarem-se na mesma mesa e virem defender uma aliança esdrúxula? A não ser que vamos perder a confiança, vamos perder a esperança em Vossa Excelência; Um jovem Deputado que defende esta aliança espúria...

Nós só temos que nos curvar e pedir a Deus que nos abençoe e que dê mais tenacidade em favor de nossa gente.

É agora parodiando um grande amigo meu, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, quando Vossa Excelência... (É desligado o som).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Excelentíssima Senhora Deputada.

Glória a Deus nas alturas e paz na Terra aos homens de boa vontade.

Parece até que um passado de luta em prol da Liberdade e da Democracia nada valem para os homens do PDS. Deputado Nelson Buffara, companheiro fundador do MDB do Paraná, soldado das primeiras horas, das horas mais difíceis, tem muita razão em honrar e em homenagear o nome de José Alencar Furtado.

Não vim a este Parlamento em busca de glórias. Meu irmão pode ser e deve ter sido, como sou testemunha, talvez um chefe de obra na construção da redemocratização deste País. Sempre fui apenas um operário, daquele que jogava o tijolo para ajudar, sob a orientação daqueles que tinham mais competência. E o Brasil e o Paraná, pela palavra dos homens até do PDS, reconhecem a competência do nosso chefe-de-obra no Paraná, que na época era José Alencar Furtado, de quem tenho a honra e a glória de ser irmão; e tenho também a honra e a glória de ser discípulo.

Orgulho-me de poder saber que Deputados do PDS me agredem. Respondo com a mão estendida e com palavras de amor. Orgulho-me, dentro de minha pequenez, da minha humildade, de condição de ser humano e já disse desta tribuna: Não vim para me servir, mas para servir!

Se mais não posso fazer, a não ser externar a minha alma e colocar aos ouvidos da população o meu coração cheio de amor por um povo sofrido, por um povo massacrado, por um regime ditatorial, que se empalmou todos os poderes deste país, para deixar o povo de panela vazia.

Eu só posso dizer ilustres companheiros, sou apenas um operário da luta, sou um "free-lancer" na vida, muitas vezes sem emprego e muitas vezes mal remunerado,

não vim aqui para fazer academia nem bancar escola, eu sou apenas um homem que fala com o coração na ponta da língua, não trago discurso escrito porque o meu coração está cheio de verdade e de coragem para dizer aos homens do PDS, eu respeito a todos, mas a Nação está passando fome, por culpa e graça da revolução que eles sustentaram durante 20 anos de arbítrio, de prepotência e pior do que tudo isto, de subserviência ao capitalismo estrangeiro, de subserviência aos grupos monopolistas, enviaram para o Brasil para explorar a classe trabalhadora para depois este mesmo capital explora do Brasil a classe trabalhadora e explorar os trabalhadores dos países do Terceiro Mundo.

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Ilustre Deputado, quando Vossa Excelência me apresentar o seu diploma de bom comportamento e de boas maneiras, eu lhe concederei o aparte.

O Sr. Tércio Albuquerque - Vossa Excelência é um moleque, Vossa Excelência é um mal educado, é um grosso.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - (Faz soar os tímpanos).

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que ao apartear o colega que se encontra na tribuna o façam de maneira regimental.

O Sr. Tércio Albuquerque - Eu fiz, ele que não me respondeu Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - (Faz soar os tímpanos).

A Mesa está com a palavra.

Cabe a Mesa ordenar por força do Regimento Interno o bom andamento dos trabalhos e a Mesa nada tem mais feito do que procurar manter a ordem e o trabalho.

O Sr. Tércio Albuquerque - (Pela Ordem).

Eu pedi o aparte Vossa Excelência, muito bem viu, com educação e ele me respondeu desairosamente, mal educadamente, por sinal ele nem parece ser da família Alencar Furtado, pois é um mal educado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa ao responder a palavra de ordem de Vossa Excelência, lembra que um erro não justifica o outro.

Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, aceito e para aqui fui mandado, por 23.320 eleitores, para manter um diálogo em alto nível e jamais descerei com a graça de DEUS e o amor que DEUS me pôs na alma e acredito eterna, jamais descerei ao linguajar da agressão pessoal, porque o povo lá fora passa fome e está desempregado não

quer ver os Deputados a se agredirem e eu não vim aqui para agredir Deputado, vim para agredir os problemas cruciais da sociedade paranaense, não concederei aparte para ouvir xingamentos porque este Parlamento tem que ser respeitado e as lutas que aqui nós haveremos de travar podem e devem ser firmes, mas respeitadas e sérias, se não tem argumentos para se defender a causa que se promulga, é necessário então que se cale, para que os homens sérios que aqui vieram, porque o povo consciente possa realmente . . . (Vozes sobrepostas).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - (Faz soar os tímpanos).

A Mesa ao conceder a palavra pela ordem ao ilustre Deputado Tércio Albuquerque, permite lembrar a Vossa Excelência que sobre o mesmo assunto, Vossa Excelência não tem condições de pedir a palavra pela ordem uma segunda vez e lembrar ainda a Vossa Excelência que não está sendo desrespeitado o Regimento Interno.

Está com a palavra, pela ordem, Vossa Excelência.

O Sr. Tércio Albuquerque - Senhor Presidente, eu tenho o direito de exigir do orador que está na tribuna que enumere os Deputados que não são homens de bem aqui na Casa, porque ele é que não é democrata, talvez ele é que não é homem de bem, porque ele tem agredido, como ontem fez nesta Casa. Nós exigimos que ele diga quem não é homem de bem. Porque . . .

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - (Desliga o microfone do Deputado que está com a questão de ordem e faz soar os tímpanos) - A Mesa considera a questão de ordem levantada por Vossa Excelência nos termos em que foi posta, improcedente.

Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, eu só gostaria que fosse, descontado do tempo que me é dedicado, . . .

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Logo em seguida, ilustre Deputado.

Com muito prazer, ilustre Deputado Gabriel Manoel, eu concederei a Vossa Excelência um aparte, porque tenho por Vossa Excelência, como tenho por todos os Deputados deste Parlamento, o maior respeito e a maior consideração. Se muitas vezes, dizem que não estou a respeitar, os Deputados ou alguns Deputados da Bancada do PDS, eu não me externalizei nem me expressei de maneira desairosa a nenhum Parlamentar. Apenas mantenho o meu direito, de não conceder apartes para ouvir agressões. Ao ilustre, autêntico

e combativo Deputado Gabriel Manoel, com muita honra, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Gabriel Manoel - Eu agradeço a Vossa Excelência a gentileza, mas eu fico sentido, por que Vossa Excelência não aponta, Deputado Alencar Furtado, ao agredir os companheiros nossos, ao dizer que os Deputados do PDS, companheiros seus, amigos de bancada, companheiros que na hora da luta vamos todos unidos, ao dizer que alguns Deputados talvez extrapolando da própria consciência, dizer que Deputados da nossa Bancada não têm consciência. Tivemos uma luta, Deputado Osvaldo Alencar Furtado, de uma democracia, entre dois pontos de vista, Ministro Mário Andreazza e Deputado Paulo Maluf, foi uma luta comezinha, uma luta interna, que não admitiria e não admite ingerência externa, tal como a de Vossa Excelência. Uma ingerência onde Vossa Excelência talvez por causa dessa juventude, esse ímpeto de querer transladar, transportar e transbordar esse excesso de vontade, de um partido como o de Vossa Excelência que não acerta nem a própria casa, querer acertar a nossa Casa. É isto que eu peço vênha a Vossa Excelência. E pediria mais, abusando da nossa amizade, que tivesse mais um pouquinho de complacência com a sua consciência ao agredir seus companheiros de bancada, ao agredir a nossa própria Casa.

Ontem, me causou estranheza ao saber do seu pronunciamento. Mas sei que foi uma coisa efêmera, mas sei que Vossa Excelência, dentro da consciência, não pode agredir seus companheiros; porque ainda pensei no antigo adágio popular: - errar é humano e perdoar é divino. Não que Vossa Excelência mereça perdão, mas Vossa Excelência merece apenas uma advertência dos seus amigos particulares, embora façam parte de outro partido. Não agrida, não tumultue. Porque não é tripudiando sobre os companheiros que se vai para a apoteose. Porque a mesma escada que Vossa Excelência está subindo, nós já descemos, com nossos cabelos encanecidos. Nós sabemos o amargor da derrota e sabemos o sabor da vitória. E quero convidar, Vossa Excelência, Deputado Alencar Furtado, e dar apenas, Deputado, meu querido amigo, apenas não conselho, mas uma advertência. Quando Maluf for Presidente da República, nós estaremos de braços abertos, para unir os políticos, sem esta farsa que Vossa Excelência está engolindo, esta farsa de Tancredo Neves, do Sarney que foi contra as eleições diretas, o antigo Vice-Presidente que hoje pertence, graças a Deus, à vossa grei que nem encara os próprios Parlamentares.

Onde está este mundo louco, onde estão vocês minha gente para entregar a Presidência da República se não for ao Maluf para o próprio Sarney. Homem que espezinhou, homem que tripudiou, o traidor da Pátria, homem que não tem competência.

Eu queria saber como pode Vossa Excelência botar a cabeça no travesseiro e dizer, valeu essa espúria, José Sarney, Tancredo Neves e PMDB.

Eu deixo esta pergunta e a resposta Vossa Excelência dê aos seus eleitores.

Como pode peixe vivo viver fora da água fria. E como pode José Sarney viver com Vossas

Excelências que ontem proclamavam a eleição direta.

Fiquem com Sarney e nós ficamos com o povo.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Eu

agradeço o aparte do ilustre Deputado Gabriel Manoel ressaltando o seu ardor, porque já virou vício em Vossa Excelência a defesa dos homens da ditadura.

Então, ilustre Deputado Gabriel Manoel, Vossa Excelência, bem disse ao afirmar taxativamente que nós estamos subindo uma escada quando Vossa Excelência está descendo esta mesma escada pelo outro lado.

É realmente isto, grande Deputado amigo do povo, eleito tantas vezes memoravelmente pelos seus amigos, pelos homens que entenderam seu espírito e a sua luta.

É exatamente este novo tempo, esta nova subida grande que nós queremos para o Brasil, para os estudantes, para os professores e para os trabalhadores, para os desempregados, para os velhos, às crianças, aos paraplégicos e a todos eles ao longo destes cansativos 21 anos, a sofrerem as agruras de todas as injustiças sociais.

Nós jamais usamos desta tribuna para defender os "Sarneys" da vida. Nós jamais usamos desta tribuna para defender os "Aurelianos" da vida.

Nós apenas ontem repetimos o pensador alemão Bertold Brecht, quando ele dizia: "oprimidos, superai as vossas divergências, e uni-vos para reconquistar o novo tempo, o novo mundo".

E é isto grande Deputado Gabriel Manoel que nós sonhamos para este Brasil, esta nova subida. Nós ajudaremos a sua descida com muito amor, com muita fé e com muito carinho, porque Vossa Excelência bem merece, porque nunca foi Deputado biônico e embora tenha compactuado com a bioncidade, nunca foi eleito através da bioncidade dos Colégios dos gabinetes.

Vossa Excelência haverá de receber deste Deputado, deste Parlamento do povo do Paraná todo respeito que Vossa Excelência merece.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela Ordem) - Apenas para dizer que o biônico está no PMDB...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não procede a sua questão de ordem.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Mas, gostaria de dizer ao meu velho companheiro de fundação do MDB, Deputado Nelson Buffara, Armando Falcão e Alencar Furtado dá leite azedo, não tem como haver harmonia numa posição de defesa do povo e de uma posição de massacre ao povo!

É muito importante que se frise de uma maneira definitiva que os homens que hoje criticam Sarney e Armando Falcão, eram os homens que eram dirigidos e presididos por eles, ontem, e não tinha a coragem de abrir a boca para dizer que eles não serviam para nada, como hoje dizem.

Hoje eles prestam um grande serviço à Nação brasileira porque Aureliano Chaves, já antes da

votação da Emenda Dante de Oliveira já defendia as eleições diretas, e como ao exemplo, do grande, mortal e inesquecível Teotônio Vilella, oriundo das hostes do PDS, porque desejo frisar num parêntese, o PDS tem muitos homens de respeito e dignidade, como existem homens de respeito e dignidade em todas as hostes e agremiações políticas, esportivas, sociais e religiosas, os homens estão aí criados à imagem e semelhança de Deus que é perfeito, mas nos criou imperfeitos para nós buscarmos a perfeição, e aí é onde vêm os homens do PDS e de repente, como Paulo, na trajetória da Caminhada, acreditou em Deus e se converteu. Os pedessistas que hoje aqui estão é para realmente fazer deste País uma nova Nação, para nos dar esta ponte de transposição de um regime ditatorial, para um regime de plena, total e completa democracia, com justiça social, para uma classe de trabalhadores, permanentemente injustiçados e massacrados pela força da insensibilidade militar que empalmou o Poder neste País para poder usufruir das benesses e tirar os mínimos direitos do cidadão brasileiro, o construtor da grandeza desta Pátria e pelo menos poder sobreviver com dignidade e com amor e respeito com sua mulher e seus filhos, podendo conviver com a comida na mesa, o filho na escola e um vestido de presente para sua mulher no dia do seu aniversário!

Tudo isso tiraram da classe dos trabalhadores brasileiros, tiraram até a esperança que hoje renasce no coração de todos nós. E daí vem o Sarney, vem até esta excrescência, Armando Falcão, assolar, mas é a luz, a visão! No Horto do Calvário, Jesus crucificado, tinha o bom ladrão e o mau ladrão, e ele fez o primeiro Santo da História da Igreja Católica Apostólica Romana, dizendo: — "Hoje mesmo estarás comigo no Paraíso". Era o perdão de uma vida inteira de erros e Deus teve esta grandeza de nos legar, de nos deixar este exemplo de amor, de bondade, de compreensão. Nós não queremos ser inimigos, podemos até ser adversários, porém inimigos não!

Por isto, meu querido Deputado Tércio Albuquerque, por quem tenho maior respeito e admiração, não aceito as suas agressões, porque sei que elas não partem do fundo da sua alma e nem do fundo do seu coração, sou seu vizinho, sei que você é um homem bom, quando me agride pessoalmente é por qualquer descompasso emocional de Vossa Excelência, e eu tenho este amor e esta compreensão para não revidar e dizer, nós somos todos irmãos, todos brasileiros, lutando por um País novo, por uma Pátria nova, por uma Nação redemocratizada, com liberdade, com justiça social!

Não vai ser agressões pessoais que nós haveremos de dar nova caminhada, dar nova arrancada.

Desculpe-me o nobre Deputado Erondy Silvério se retardei o aparte que com muita honra lhe concedo agora.

O Sr. Erondy Silvério — Sr. Deputado, muito obrigado a Vossa Excelência, e efetivamente passou a oportunidade, porque eu vejo com muito prazer, Vossa Excelência pedindo desculpas, pela agressão gratuita que fez ao nobre companheiro da Bancada, o Deputado Tércio Albuquerque. Vossa Excelência pediu que ele apresentasse neste Plenário um atestado de boa educação, a fim de que lhe fosse concedido um aparte, tendo esquecido Vossa Excelência de que

o Regimento Interno assegura a qualquer Deputado a solicitação de um aparte, como também assegura ao orador, a faculdade de conceder ou não.

Entretanto, é de boa praxe, nesta Casa, que se conceda apartes ao companheiro. Eu estranhei profundamente, lamentavelmente, que Vossa Excelência agredisse o Deputado Tércio Albuquerque de maneira como o fez, porque ontem, ainda pelo noticiário dos jornais, não sei de foram verdadeiras as expressões de Vossa Excelência, eu li apenas pela imprensa, mas Vossa Excelência teria chamado aqui o candidato do PDS, Deputado Paulo Malluf, de "gigolô" e "cafetão".

O SR. ALENCAR FURTADO — É verdade.

O Sr. Erondy Silvério — Então, Vossa Excelência é que não tem educação.

Vossa Excelência é que deveria, antes de subir numa tribuna, apresentar à Mesa um atestado de boa educação, porque não se chama um chefe de família, não se chama um homem público, de "cafetão" e "gigolô".

Então, veja Vossa Excelência, como são as coisas: ontem, Vossa Excelência cometeu esta indelicadeza; hoje, verbera um companheiro, pelo fato dele pedir um aparte. Então, está aí a incoerência de Vossa Excelência, como incoerente também, tem sido o Partido de Vossa Excelência, neste problema da sucessão presidencial. Incoerência conhecida por toda Nação, porque nós vamos nos abster agora para não interromper mais o pronunciamento de Vossa Excelência e à generosidade do aparte que me concedeu, para que ele não seja longo, e não interrompa Vossa Excelência, eu me abstenho, neste instante, de analisar o comportamento do Partido de Vossa Excelência, neste processo da sucessão presidencial.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, embora eu tenha uma educação do povo.

O meu diploma, ilustre Deputado, é o diploma da sinceridade, do homem humilde, do homem simples, e é um diploma que vale muito, porque a universidade da vida ensina muito mais do que as universidades católicas que exploram o estudante da maneira mais cruel e defensável por Vossas Excelências.

A minha universidade é exatamente esta, que não impede estudante de se matricular, usando de subterfúgios, é a Universidade que Deus me deu, pondo os pés neste chão e nesta terra, para viver com decência e honradez. Não importa a mim os levantamentos de polícia, que não merecem crédito nenhum, porque a minha vida é muito clara e não tem segredo de qualquer espécie, para dizer ao povo do Paraná e do Brasil, à polícia e aos Deputados do PDS, se alguma vez, na trajetória da minha luta e da minha pobreza, eu agi com desonestidade, eu gostaria, então, que a justiça que Vossas Excelências implantaram neste Paraná e neste País, tivessem me punido com o vigor das mil e uma torturas que vocês praticaram na defesa da sustentação política de um regime discriminatório, desumano e cruel, que deixou esta Nação falida e submissa ao poderio econômico internacional.

A minha vida é de trabalhador.

Muita vezes, como já disse, até sem salário para pagar o aluguel da casa onde morava. Mas,

isto não é de desonra. Isto é fruto de uma política, desumana. E, quando ao final do ano de 1982, eu pedi demissão do meu emprego para ser candidato até a Deputado Estadual, declarei ao Tribunal Regional Eleitoral — como era de exigência de lei — minha declaração de bens, eu dizia — e está lá registrado — só tenho de meu a minha força de trabalho, e esta ninguém vai me tirar, só Deus, e Deus não quer tirar! Por isso, vou continuar lutando, lutando em defesa daqueles que nunca tiveram voz, ao contrário daqueles que, exatamente, tiveram sempre uma política capitalista para massacrar o trabalhador e o operário. A política neste País, já disse e repito, sempre foi voltada para os ricos. E eu, poderia ter recebido ajuda da minha família, mas nunca pedi, sempre gostei da boa luta e da boa causa, e a elas me abracei.

Vinte e um anos de Curitiba nunca pedi ao meu pai uma ajuda de custo, ou uma pensão, ou qualquer tipo de remuneração para eu me sustentar. Fui vendedor de tudo quanto é coisa, desde livro, a papel de embrulho, para poder sobreviver com dignidade. E está registrado no Tribunal Regional Eleitoral a minha declaração de bens. Poderia ter acrescentado, além da minha força e capacidade de trabalho eu tenho a coragem e a minha honestidade e o meu amor para com o povo que não tem recebido amor dos Governos que Vossas Excelências defenderam, sempre, nos últimos vinte anos.

É bom que se coloque a verdade. Não sou homem das ante-salas palacianas, nunca fui, não sou e jamais serei vaquinha de presépio como Vossas Excelências sempre foram, aplaudindo todas as desgraças que fizeram neste País, e não é preciso enumerar porque a Nação hoje cobra. E quando criticamos o escolhido de vocês, é porque desde 1979, em todos os jornais deste País, o Governador mais desonesto do Brasil era exatamente o Sr. Paulo Salim Malluf, perdendo até para um homem que vocês hoje combatem que é o Governador Ney Braga, que só tinha 4%, enquanto Paulo Malluf tinha 20% de desonestidade.

Hoje vocês criticam o homem que vocês ontem defendiam... mas a Nação não quer saber de querelas passadas. A Nação quer saber de construir o amanhã. Muita gente passa fome, muita gente precisa de um trabalho justo, honesto e digno. Muita criança precisa de escola. Muitos chefes de família precisa pagar a prestação de sua casa própria, e não pode...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa comunica Vossa Excelência que seu tempo está esgotado e concede-lhe mais um minuto para concluir.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — É esta a luta de todos nós, que nós precisamos fazer, sem que eu tenha que agredir o Deputado Tércio e o Deputado Tércio me agredir.

Não importam as divergências ideológicas; vamos mantê-las no bom nível, no alto nível, para nós, realmente, elegermos no dia 15 de janeiro, nós brasileiros e o povo junto, nós das oposições, elegermos Tancredo Neves e enterrarmos definitivamente esse passado negro, triste e desastroso para todos nós.

O SR. PRESIDENTE — No horário destinado às Lideranças Partidárias, concedo a palavra à

Liderança do PMDB, na pessoa do seu Líder, Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Cumpre-nos comunicar à Casa que na manhã de hoje a Bancada do PMDB, reuniu-se com a presença de trinta dos seus membros que, democraticamente, escolheu os seis delegados que irão representar o Paraná no Colégio Eleitoral.

Na mesma ocasião, Sr. Presidente, por unanimidade, a Bancada aprovou quais as condições que esses delegados comparecerão ao Colégio Eleitoral. Eu quero transcrever aqui, na íntegra, a proposição aprovada por unanimidade e apresentada pela Maioria, que é a seguinte: "A Bancada Estadual do PMDB do Paraná decide pela unanimidade dos seus membros, que continuará a luta pelas eleições diretas em todos os níveis. Todavia, na inexistência de outra alternativa acata a decisão soberana da Quarta Convenção Nacional do PMDB que homologou, como candidato à Presidente da República pela Aliança Democrática, o Governador Tancredo Neves, bem como o seu programa mínimo. Assim, para cumprir esta posição partidária, os nossos companheiros, deputados estaduais Anibal Khury, Amélia Hruschka, Ferrari Júnior, Eduardo Baggio, Artágão Mattos Leão e Antônio Annibelli, delegados ao Colégio Eleitoral em qualquer hipótese, deverão votar, em aberto, no Governador Tancredo Neves, como também, por decisão da Bancada, farão doação à Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, de todas as importâncias que receberem a título de "jeton" ou ajuda de custo, pelo comparecimento ao Colégio Eleitoral. Finalmente, que esta decisão a ser honrada como respeito ao povo brasileiro seja comunicada à direção nacional do Partido, às bancadas estaduais, aos diretórios municipais e à opinião pública paranaense, que nos cabe representar.

Por isso, Sr. Presidente, cumprimos aqui o dever de, em nome de nossa Bancada trazer de público, e deixar registrado nos Anais da Casa, um requerimento em que pedimos que seja transcrita essa Proposição aprovada unanimemente na reunião de hoje, em que decidimos enviar representação ao Colégio Eleitoral, bem como foram escolhidos como delegados suplentes, os companheiros Acir Mezzadri e Orlando Pessuti.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: eu estranho que a regra mude muito rapidamente. O Ilustre Deputado Airton Cordeiro, ao assumir a tribuna, contestou as nossas declarações de ontem, dizendo de que não houve discriminação na distribuição de recursos às Prefeituras paranaenses; e citou como exemplo, a prefeitura de Ponta Grossa que recebeu dois milhões de cruzeiros, e que há quinze dias atrás nós estivemos no Ministério do Interior assinando convênios com aquele Ministério e o BNH, para liberação de recursos ao Estado do Paraná.

Isto é verdadeiro, rigorosamente verdadeiro. Ocorre Srs. Deputados, que o que nós denunciemos aqui, e mostramos telex aqui, e vejam os Srs., o incrível, quando nós mostramos telex aqui nesta tribuna, nós somos acusados de sigilo de correspondência. nós passamos a ser "dedos-duros", passamos a quebrar o sigilo.

Onde há coerência dos Srs. Deputados do PDS, que apenas alguns meses atrás, no escândalo dos dólares, se ouviu diariamente telex da Comissão

do Estado do Paraná, e nós Srs. Deputados, não queremos a iniciativa parlamentar, que reconhecemos que os Srs. têm.

Vejam a incoerência destes homens; como não conseguem justificar o crime, porque nós exibimos a prova do crime, eles partem como aquele advogado, que não consegue justificar a atitude do seu cliente, parte querendo destruir a prova.

Por isso, Srs. Deputados, do PDS, vamos usar coerência. Como nos acusar como querer quebrar a minha iniciativa parlamentar de fiscalização, quando nós reconhecemos e defendemos a iniciativa dos Srs. ? Não queremos frear a iniciativa dos Srs. riscarem o nosso governo. Nós nesta Assembléia permitimos que os Srs. utilizem dos Secretários. Mas, Srs. Deputados francamente, assim não é possível trabalhar. Agora que nós conseguimos pegar a prova do crime, Vossas Excelências, vêm sem até ética parlamentar, nos acusar de quebra do sigilo de correspondência.

Assim, realmente é difícil de travarmos um diálogo alto, fazermos com que o Parlamento seja realmente um órgão fiscalizador, um órgão democrático, porque, quando lá consegue lavar um tento, o outro no seu inconformismo, sem conseguir justificar a sua atitude, reprovável atitude discriminatória do Governo do PDS, nos vêm acusar de sermos agentes do SNI!

Ao nobre Deputado Tércio Albuquerque eu quero dizer que o SNI continua nas mãos do seu Governo, e nós, quando assumimos o Estado do Paraná, o Governo, destruímos aqui, aquele órgão de informação, nefasto, que realmente andava à cata, como perseguição política, que era o Departamento do SNI aqui no Estado do Paraná.

O Sr. Airton Cordeiro — Não é o que o PT fala!

O SR. NILSO SGUAREZI — Por isto, Srs. Deputados do PDS, eu exijo o mínimo de coerência de Vossa Excelências, vamos ser o mínimo de coerentes, para que possamos ter um diálogo em sentido alto, construtivo, para que aprimoremos a nossa instituição, porque, se a regra vale para um, forçosamente ela tem que valer para outro!

O Sr. Airton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi, quero fazer um reparo à afirmação de Vossa Excelência, quando diz que no escândalo dos dólares, choveram documentos — e na verdade choveram, mas nenhum foi obtido através do serviço interno da Assembléia Legislativa!

A gravidade da denúncia que nós estamos fazendo é que, Vossa Excelência, diretamente ou através de terceiros, se vale da influência que exerce o PMDB no comando desta Casa; hoje, aí está a gravidade, Deputado Nilso Sguarezi. Porque o serviço de telex deste Poder não é para servir ao PMDB, é para servir a todos os Srs. Parlamentares. A partir de ontem, nenhum de nós pode mais ter confiança em qualquer mensagem, por telex, encaminhada a esta Casa, porque o sigilo está quebrado! Eu chamei a atenção do Presidente para esta gravidade, que é muito grande. Vossa Excelência não mostrou prova alguma do crime, e eu vou aqui, com dados, informar Vossa Excelência e à Casa:

Da mesma forma como as Prefeituras do PDS receberam, do Ministério do Interior através da

SUDESUL, recursos financeiros, eu cito já, de pronto, para Vossa Excelência. 3 Municípios do PMDB, que também receberam, na mesma liberação: Iretama, Terra Boa e Roncador; e os três Prefeitos do PMDB, seguramente não instruem os seus Deputados para irem votar no candidato do PDS! Então, Vossa Excelência não provou crime absolutamente nenhum, Vossa Excelência pretendeu, pura e simplesmente, atingir politicamente ao PDS, e tentar escandalizar, com um assunto que não tem escândalo nenhum! Escândalo sim, Deputado Nilso Sguarezi, é quando, há pouco, nós víamos o Deputado Alencar Furtado falando no povo que tem fome, quando sabemos que o seu Governo compra um avião que serve de cama e de escritório para o seu Governador. O povo está passando fome, mas o seu Governo, está nadando, dormindo e vivendo nas maiores mordomias!

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Obrigado, mas, Vossa Excelência, o Partido de Vossa Excelência não tem autoridade para falar em cama e comida, porque Brasília, no último fim-de-semana, foi cama e comida para muita gente do PDS!

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Eu acredito, Deputado Nilso Sguarezi, que, o flagrante de mais esta "estrepolia" do Ministro Mário Andreazza foi brilhante, mas de qualquer forma, são desnecessárias as formas de corrupção, do PDS. O que é de domínio público, é dispensável de prova, até em juízo, e a população brasileira está cansada de saber que este Governo do PDS, do autoritarismo, dos segmentos militares, instalou no País, a mais ampla corrupção na História da República. Prova cabal de que é de domínio público o comportamento do PDS, foi a eleição de Santos, onde o PDS conseguiu a insignificante demarca de um e poucos por cento, dos votos da população. Só resta ao PDS, a cumplicidade, o acobertamento, a política sobejamente demonstrada na Convenção Nacional pelos seus dois líderes. O que eles tinham de melhor para propor para Presidência da República: o Deputado Paulo Maluf e o Ministro Mário Andreazza. O resultado desta Convenção, a maneira com que ela foi feita, as práticas de aliciamento também dispensam referências e provas, porque são do domínio da Nação.

Esse partido acabou! E eu não consigo entender Deputado Nilso Sguarezi, como Deputados decentes ainda insistem em defender, publicamente, defender dentro da Assembléia Legislativa esse tipo de comportamento. Dirão eles: "Mas vocês também tem o Sarney". Temos o Sarney que era deles. Engolimos com dificuldade para pôr fim, de uma vez por todas, ao processo autoritário que esse País vem vivendo. Até no Sarney vamos votar no Colégio Eleitoral. Mas o que eles, os políticos do PDS, estão fazendo para pôr fim a uma situação que a Nação não resiste mais? Nada. Insiste em defender a corrupção, insistem em defender a venalidade.

Eu realmente, não entendo, o porquê, do comportamento de Deputados que por tudo parecem ser cidadãos decentes e que deveriam desejar para o Brasil o mesmo que o conjunto da Nação deseja. De um lado hoje, Deputado Nilso Sguarezi, a nacionalidade, as pessoas de bem. Do outro lado, o malufismo.

Muito obrigado Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu agradeço o aparte de

Vossa Excelência, e quero me reportar como outra prova da discriminação e do aliciamento eleitoral, a "Gazeta" de hoje. Primeira página, está aqui a manchete: "BNH repassa 14 bi para o Paraná".

Bela cifra. Apenas, Srs. Deputados, que para o Rio Grande e Santa Catarina, aí o Governo do PDS, aí Governadores que iam votar na Convenção do PDS, não foram repassados os "14 bi", mas sim, 114 bilhões. Dez vezes mais, Srs. Deputados.

Agora, a minha denúncia não foi no telex aqui, não foi na quantidade dos recursos. Isto até pode ser possível que haja divergência dos recursos. Porque esses 14 bilhões que vieram ao Paraná, são o resultado do deferimento de projetos, de pedidos justificados, provados, como realmente necessários às diversas comunas do Paraná.

Então, quando na realidade se assina convênios, como aqueles 40 bilhões que foram à SANEPAR, são o resultado de um trabalho sério, são o resultado de um projeto elaborado, provado e justificado da necessidade desses recursos.

Mas, Srs. Deputados, quando recebemos e vemos um telex desse, em que o Ministro confessa, atendendo o pedido de um Deputado e cede dez milhões de cruzeiros a torto e a direito para tudo quanto é prefeitura sem nenhum projeto.

Para APAE, para estrutura ou infra-estrutura urbana, para qualquer coisa dessa sem nenhum projeto, pedindo que o Prefeito entre em contato para ver como é que vai liberar esse dinheiro, é porque não tinha projeto, é porque é um atendimento pessoal, é um favorecimento, é um aliciamento, Srs. Deputados.

Por isso então é que não podemos concordar, efetivamente, com este tipo de justificativa que se pretende dizer e porque o Paraná recebeu dez vezes menos. Evidente que Richa não votava na Convenção do PDS, mas Jair Soares e Esperidião Amin votavam na Convenção do PDS.

Mas, Srs. Deputados, não é este humilde Deputado que está inventando e tentando, como diz o nobre Secretário do PDS, fazer celeuma em torno de alguma coisa que não existiu.

Srs. Deputados, eu tenho me louvado, ontem, no Estadão de São Paulo e hoje na "Folha de São Paulo", em que aqui estão as estarecedoras provas, Srs. Deputados, de como foi esta Convenção do PDS, dos expedientes usados pelo Ministério do Interior, para aliciar votos.

E eu faço questão até de consignar nos Anais desta Casa, para que algum dia, na história desta República, quem tiver a curiosidade de ver os dias pitorescos que vivemos quando o malufismo procura sentar raízes nesta terra, saibam de como o partido oficial consegue vencer Convenções e de como o partido oficial consegue levar convencionais para conseguir o voto deles.

Uma manchete da Folha de São Paulo — Um velho e ativo partido fisiológico brasileiro - o PFB...

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência fala do partido comunista que apóia ostensivamente

o Tancredo Neves, Deputado?

O SR. NILSO SGUAREZI — Se Vossa Excelência se mantiver calmo, Vossa Excelência terá o aparte.

Falou-se tanto neste Plenário em educação parlamentar; e eu apelo para a sua boa educação parlamentar e se comporte. A iniciativa de dar apartes é do Deputado que está na tribuna. Sei que Vossa Excelência é bem educado e vai se comportar.

Muito obrigado.

Mas a notícia é estarecedora — Honestos atrapalham. Honestos atrapalham? E cita o jornal como conseguiu o Ministério do Interior a adesão de dois ex-Governadores do PDS — Paulo Pimentel e o ex-Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães.

Para poupar os Srs. Deputados, vou à notícia mais estarecedora, porque já é publico e notório no Estado do Paraná, que o ex-Governador Paulo Pimentel, depois que aderiu à candidatura do Ministro Mário Andreazza, conseguiu obter a concessão de um canal de televisão em Foz do Iguaçu.

Mas, Srs. Deputados, o caso do Sr. Antônio Carlos Magalhães é mais grave, porque aí uma construtora com vínculos do Sr. Antônio Carlos Magalhães conseguiu nada mais, nada menos, que uma no valor de 10 bilhões de cruzeiros para reparos no aeroporto.

E eu vou fazer questão de ler a notícia.

O Sr. Gabriel Manoel — Após essa leitura eu concedo o aparte a Vossa Excelência.

Honestos atrapalham — é o sub-título. Já o caso de beneficiamento do ex-Governador Antônio Carlos Magalhães envolveu a INFRAERO, empresa do Ministério da Aeronáutica. Fala-se aqui em aviões e fala-se aqui e denuncia-se que o PMDB comprou um avião. Vamos ver o que acontece na aviação do PDS.

O Ministério da Aeronáutica, que para premiar a Construtora O.A.S. necessitou afastar da Comissão de Licitação dois de seus três membros — Coronel Valter de Santana Lopes e engenheiro Flávio Alves dos Reis, substituindo-os pelos bacharéis João Baptista Ponte e Heitor Duprat de Brito Pereira, ambos esses bacharéis confessam nos Pareceres que assinam, serem leigos na matéria e por isso arrimam-se no voto do único membro técnico da Comissão de Licitação, Armando Lúcio de Novaes, que desde o início pretendeu beneficiar a construtora do grupo do ex-governador baiano.

E os membros da primeira Comissão de Licitação deram à construtora, notas inferiores às das outras empresas. O Presidente da INFRAERO, Tenente Brigadeiro Rodopiano Barbalho, exonerou-os da função e nomeou os bacharéis, garantindo então a obra para a firma do grupo ligado a Antônio Carlos Magalhães.

Aparentemente, toda a licitação dirigia-se àquela firma desde o início, pois fazia exigências visando limitar a concorrência ao menor número de interessados. O procedimento gerou perplexidade. à própria assessoria jurídica da INFRAERO, quem miti-

parecer mostrando que o jurista Eli Lopes Meirelles condena o que foi feito; o Deputado Elquisson Soares - PMDB-Bahia, abordou o assunto na tribuna da Câmara recentemente. Ele garante que há setores da Aeronáutica profundamente chocados com esse fato, e por isso mesmo, desejosos de ver apuradas essas irregularidades. Além disso, a INFRAERO que sempre construiu obras por preços fixos, desta vez resolveu inovar, pagando serviços da construtora por meio da administração contratada, procedimento que também o Departamento de Infra-estrutura da INFRAERO estranhou chamando de o "fato novo" e por isso pediu um parecer a assessoria jurídica, daquela estatal.

A obra já está sendo tocada, estourando de muito a previsão inicial de custos. O parlamentar opositor sustenta ainda que foi por facilidades na obtenção de obras que a empresa, inicialmente de reformas de prédios em Salvador, transformou-se na mais poderosa firma construtora da Bahia, detentora de mais de 70 por cento das obras do BNH no Estado.

Por isso, Srs. Deputados, é lamentável que tenhamos chegado a esse estado de coisas, quando até o próprio Ministério da Aeronáutica é envolvido em denúncias deste porte.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Deputado, não se atira pedras quem tem telhado de vidro. Mão se atira pedra no telhado do vizinho, Deputado. Vossa Excelência que diz de Garanhão? Fale de Garanhão. Fale do Governo Richa. Fale dos dólares do Paraná, que é a sua terra e a sua gente, Deputado, não fale da terra alheia.

Responda, Deputado, agora num momento de amizade, de sensibilidade, de austeridade. O que foi feito dos dólares do Garanhão? O que será feito do Garanhão que virou um "gato"? Onde está o dinheiro do Paraná, Deputado? Vossa Excelência vem sofismar sobre problema de jornal, onde Vossa Excelência não tem provas, e com o Secretário nós temos provas, Deputado, onde foi exonerado um Secretário que denunciou as covardias, a corrupção, Deputado. Eu não quero falar sobre o Governo Richa, porque eu respeito, mas diga Vossa Excelência, Deputado Nilso Sguarezi, o que foi feito dos dólares roubados do Paraná? Se Vossa Excelência tiver moral, prove, Deputado, o que fizeram do dinheiro do Paraná, esse próprio Estado espoliado que Vossa Excelência finge defender. Deputado Nilso Sguarezi. Onde estão os dólares dos paranaenses? Onde está o dinheiro que é preciso dar a comissão para empresas falidas, Deputado?

Vem Vossa Excelência sofismar sobre um homem que trabalhou pelo Partido. Diga Vossa Excelência e responda ao Paraná. Onde estão os dólares do Garanhão? Responda Vossa Excelência, se Vossa Excelência também é conivente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vou responder a Vossa Excelência.

Ora, não fala em conivente porque aí muita gente não estaria aqui com tudo que aconteceu no passado.

Eu quero dizer a Vossa Excelência apenas o seguinte: eu compreendo a situação difícil em que Vossa Excelência se encontra. Vossas Excelências acharam agora o mais novo "bode expiatório", o José Sarney. O José Sarney agora é latifundiário, é o grileiro, é o ladrão, é o traidor. Vossas Excelências agora estão pintando o José Sarney como o grande "bode expiatório", e eu volto a pedir a Vossas Excelências: coerência, Sr. Deputado. Sarney presidiu o partido de Vossa Excelência por muito tempo, só agora descobriram, só agora, nobre Deputado Gabriel Manoel. O Deputado Tércio Albuquerque subiu inflamado à tribuna e chamou-nos de "vaca de presépio", e "cordeirinhos".

Srs. Deputados, "cordeirinho" e "vaca de presépio" eu poderia dizer de quem é a "mãe", mas não vou dizer: vou dizer quem é o filho, é o Paulo Maluf, quando no Congresso Nacional, como Deputado que ganha 8 milhões por mês...

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela Ordem.

O SR. NILSO SGUAREZI — ... votar no 2065.

"Vaca de presépio", "cordeirinho", com "rabo entre as pernas" votar naquilo que o Figueiredo estava pedindo...

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Não posso admitir, dentro do Regimento Interno, da Casa, que o ilustre Líder ataque o futuro Presidente da República.

O SR. NILSO SGUAREZI — O meu ataque foi só colocar "o rabo dele entre as pernas".

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Fiori Luiz — Um aparte, nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vou conceder um aparte a Vossa Excelência, primeiro dizendo ao meu nobre Deputado Nelson Buffara, que tem insistido na tecla de que a idade avançada do Governador de Minas Gerais, que teve um gesto ousado. Oxalá muitos homens que se assentam nesta tribuna tivessem a coragem e a ousadia como teve Tancredo Neves, de renunciar a um governo eleito, legitimamente pelo voto, e se entregar numa bela causa, digna e justa como esta, para tentar quebrar a ditadura que está implantada no Brasil.

Nesta tarde Tancredo Neves renunciou a um mandato aurido com legitimidade pelo voto, para dar seu nome à bandeira das oposições e tentar impedir exatamente o malufismo, aquilo tudo que o nobre Deputado Requião falou. A luta dos homens decentes desta terra, que há vinte anos não aguentam mais este mar de corrupção, este lodo de podridão em que se afundou a República...

(interferência constante do Deputado Gabriel Manoel)

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna..

O SR. NILSO SGUAREZI – O nobre Deputado

Buffara vem insistindo na tecla da idade e quer contrapor a idade de 70 anos de Tancredo Neves com a idade indefinida de Mahuf. Quero dizer que idade não serve para demonstrar competência...

(Observação inaudível do Deputado Gabriel Manoel)

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) (Faz soar os tímpanos) A Mesa solicita aos Srs. Deputados que desejam apartear o orador que se encontra na tribuna, que o façam regimentalmente.

O SR. NILSO SGUAREZI – A idade tem servido apenas para demonstrar competência para muitos marginais, porque hoje a maioria dos marginais são estes que não atingiram os dezoito anos. E temos muitos marginais na política, que não precisam chegar à idade avançada para serem conhecidos.

Quero dizer o seguinte. Para Presidente da República precisamos de um magistrado e não de um atleta. Se precisássemos de um atleta...

(Aparte ininteligível do Deputado Gabriel Manoel)

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) (Faz soar os tímpanos) A Mesa solicita do Deputado Gabriel Manoel ... (O Deputado continua sua inteferência) A Mesa não vem sendo atendida no seu insistente pedido de ordem.

Está suspensa a sessão.

Está reaberta a sessão.

Com a palavra o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI – Para concluir, Sr.

Presidente, nessa questão de idade do Governador Tancredo Neves, porque quando não se tem outro argumento se procura um argumento como: esse da idade, se precisássemos de um atleta na Presidência da República, então teríamos que fazer uma eleição entre Falcão, Sócrates, Zico e agora o Joaquim Cruz, sem gripe, para termos então um cara que conseguisse correr mais; mas precisamos na Presidência da República é de um homem de discernimento, um magistrado, e Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nobre Deputado Nelson Buffara tentou encontrar razões sociológicas até para dizer que o nosso País precisa de alguém jovem na Presidência, eu acho muito bem, não sou contra a juventude, mas me pergunto, o que é da Rússia, com um Chernenko que passou de longe os 70; o que é dos Estados Unidos com o Reagan, que passou longe dos 70 e está buscando a reeleição; o que foi da Alemanha com o Adenauer, com mais de 80 anos.

Vamos botar uma pedra em cima do problema de idade, Srs. Deputados, e consigam outro argumento para tentar criticar ou combater o Governador Tancredo Neves. porque este de idade, realmente não cola.

E para completar, o Nero, com 27, meteu togo em Roma.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) Consulto a Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

Com a palavra, o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para defender o indefensável, é preciso jogar com as palavras, disto tivemos exemplo nesta tarde, quando há pouco assomou à tribuna o líder peemedebista governista desta Assembléia Legislativa, para justificar a ida de eminentes colegas seus, oriundos do regime peemedebista do Paraná. Sua Excelência diz que o PMDB democraticamente resolveu indicar os ilustres componentes da bancada majoritária que vão ao Colégio Eleitoral.

Democraticamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa reunião secreta a portas fechadas; democraticamente, Sr. Presidente, quando os jornais anunciam que até o Governador José Richa esteve presente nesta manhã, nesta Casa, para participar do ato homologatório da Maioria Situacionista do Paraná que vai ao Colégio Eleitoral, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o mesmo Colégio Eleitoral que era dito e redito pelos parlamentares da Oposição como ilegal, espúrio, espúrio do direito brasileiro, é de se perguntar à consciência dos paranaenses, quando o PMDB fala a linguagem da verdade, ontem quando dizia não admitir o Colégio Eleitoral ou hoje pela manhã, quando em reunião secreta nesta Casa, escolhe os seus representantes para participar da aliança espúria entre peemedebistas, matemáticos, biônicos e oportunistas, conhecidos da Nação brasileira?

E é fácil, Sr. Presidente, ao povo, discernir a linguagem verdadeira. Se a linguagem de ontem, que acusava o Colégio Eleitoral, ou se a linguagem de hoje, que leva o PMDB ao Colégio Eleitoral. Evidentemente o PMDB quer as eleições indiretas. Porque, se quisesse eleições diretas, com a Maioria da chamada Aliança Liberal, poderia aprovar eleições diretas ainda para este ano, e assim cumprir o que prometera nos comícios e nos "showmícios" pelas eleições diretas. Se o PMDB tem maioria para eleger Tancredo Neves, se tem maioria para eleger o amigo dileto, o doador, praticamente de terras, ao Secretário da Indústria e do Comércio, dos Negócios do Maranhão e do Paraná, Sr. José Sarney, por que o PMDB, por que a Aliança Democrática não vota hoje a Reforma à Constituição, restabelecendo o princípio das eleições diretas?

É evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o PMDB mentia ontem, quando gastando recursos públicos, viagens e mordomias, a jacto; quando o Governador José Richa, qual califa moderno, num tapete voador, percorria capitais da República para engodar a oninião pública, para mentir ao povo, pois que se realmente desejasse eleições diretas, agora, as oposições e os oportunistas da Frente Liberal poderiam simplesmente aprovar a emenda Teodoro Mendes, do Congresso Nacional. Não faz isto. Vai ao Colégio Eleitoral e até procura, pasmem Srs. Deputados, antecipar as eleições indiretas.

conforme a proposta que fez o ex-inquilino do Palácio do Governo de Minas Gerais. E que pretende agora antecipá-la para que possa desfrutar das benesses do Governo Federal.

E aí começam as mistificações. Para a opinião pública se diz: os parlamentares do PMDB vão doar cinco milhões para as obras da benemérita Santa Casa de Misericórdia do Paraná. Mas por que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se diz ao povo do Paraná que apenas a viagem do Governador José Richa para Brasília, na mordomia a jacto, para participar do acordo da vergonha nacional, custou mais caro que toda a hospedagem ou que toda a passagem dos Deputados estaduais do PDS para votar na Convenção do nosso Partido.

Por que não dizer que o Governador José Richa apenas nesses últimos cinco dias foi duas vezes num avião a jato alugado; ele, o Senador Álvaro Dias e outros parlamentares do PMDB a Brasília, ao lado de seus acólitos palacianos, e quanto custa uma viagem de avião alugado, 10 milhões, 20 milhões? Por que não se restitui esse dinheiro ao povo do Paraná e se fala sobre sigilo bancário, sigilo dos documentos públicos desta Casa, e na troca de correspondência entre Ministros de Estado e Parlamentares que têm a obrigação de defender as comunas pelas quais foram eleitos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vossa Excelência, Sr. Presidente, já deve ter tomado providências, porque enquanto nesta Casa se subtrai, e quero denunciar isto ao Paraná, se subtrai ao conhecimento dos Parlamentares, documentos que envolvem projetos de lei, mostra-se documentos de correspondência entre um Ministro e um Parlamentar desta Casa, quebra-se o sigilo de correspondência, mas não se preocupe, Deputado Airton Cordeiro, Vossa Excelência que fez a denúncia; é o espírito de Sarney que está invadindo os homens da Oposição, e eles estão realmente aprendendo rapidamente com o Sr. Sarney como quebrar o sigilo, como trocar de partido, como não respeitar a opinião do seu eleitorado, como conjugar o verbo trair em todos os seus tempos e em todas as suas concordâncias.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo dizer que os telex expedidos pelo Ministério do Interior aos parlamentares desta Casa — e para minha região do Sudoeste foram expedidos telex para os Municípios de Santo Antônio do Planalto, não prova nenhuma discriminação, porque se assim fosse, eu poderia trazer ao conhecimento do Plenário, cópia das mensagens números 150, 151 e 152 do Governador do Estado do Paraná e encaminhados à Liderança do PDS no mesmo dia 7 de agosto deste ano.

Mas o que dizem estas mensagens do Governador?

São convênios firmados pelo Governo do Estado do Paraná com municípios do Estado do Paraná; vamos ver com quais municípios, Sr. Presidente, Srs. Deputados, documento público, documento que será votado por esta Assembléia: Foz do Iguaçu, Maringá, Paranaguá, Guarapuava e Paranaíba, cinco municípios, 4 do PMDB e apenas um do PDS.

Recursos do Governo Federal repassados ao

Governo José Richa, e ele aqui, através da Secretaria do Planejamento, se encarrega da discriminação político-partidária. Está aqui a prova.

Não precisei buscar nos porões da Assembléia Legislativa; não precisei quebrar a lei do sigilo de correspondência, para provar ao Paraná que o Governo José Richa fez discriminação com recursos do Governo do Estado e do Governo da União, para beneficiar os seus companheiros do PMDB, em detrimento dos Prefeitos e das comunidades do PDS.

Mais ainda, Sr. Presidente, quando o Deputado Roberto Requião pergunta o que o PDS está fazendo para combater a corrupção, vou responder: ainda esta semana, provavelmente, na sexta-feira, o Deputado Airton Cordeiro na condição de Secretário Geral do nosso Partido, e este Deputado, em nome da Bancada do PDS, vamos ingressar com ação popular, patrocinada pelo ilustre jurista e professor universitário, René Ariel Dotti, acompanhada de parecer conclusivo do Professor Luiz Olavo Batista, doutor em Direito pela Universidade de Paris, componente do chamado Grupo de Sorbonne de São Paulo, Professor da Universidade de Michigan, técnico especializado da ONU para assuntos de empréstimos internacionais, assessor do governo peemedebista do Mato Grosso, onde não foi paga a Comissão para agentes intermediários locais, onde este jurista de renome e de conceito nacional, analisando os contratos firmados pelo Paraná, com as firmas do estelionatário Luiz Eduardo Macedo de Menezes, com a firma inexistente do Banco de La Nación de Buenos Aires, com as firmas do Banco COMIND e as outras intermediárias que atuaram no escândalo dos dólares, afirma textualmente: "Que é responsabilidade do Governador José Richa assinar contratos internacionais", pois que a nossa Constituição Estadual, em seu artigo 47, estabelece os atos privativos do Governador do Estado. Ele não poderia ter delegado esses poderes ao seu dileto amigo Erasmo Garanhão e, portanto, a ação popular que o PDS vai ingressar para dar resposta ao Deputado Roberto Requião, é uma ação popular que visa por cobro à corrupção no Paraná e fazer com que a justiça cobre daqueles que se locupletaram indevidamente dos recursos do povo do Paraná.

E é por isto, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares...

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Eu acredito, como Vossa Excelência, que o remédio da ação popular é um remédio a ser usado na moralização da vida pública brasileira.

O Congresso Nacional estuda um projeto de lei que pretende estender o direito de ingressar com ação popular às associações, como associações de moradores, de consumidores, isto me parece muito saudável. O espaço da ação popular é um espaço extremamente interessante para o conceito da democracia participativa. Ele estende ao cidadão o braço político que tem o partido hoje. Eu acho extremamente interessante que essa operação dos dólares seja finalmente questionada no fórum próprio que é o Fórum Judicial.

E eu gostaria de, posteriormente, em conversa particular com o Deputado, ter acesso ao endereço desse eminente professor de Oxford, que talvez ele possa contribuir com uma outra ação popular que estamos pretendendo propor contra a extrema imoralidade da concessão de transporte coletivo em Curitiba, que vem lesando continuamente a nossa população.

O caminho da ação popular é o caminho lógico das pessoas que querem a moralidade pública, finalmente, estabelecida no País.

Eu me congratulo com o Deputado por ter tomado essa iniciativa, e acredito que a esta se sucederão muitas outras, porque o período de prescrição da ação popular é de cinco anos. E muitos atos do antigo Governo ainda podem ser atingidos e corrigidos por esse caminho.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e espero que Vossa Excelência, conhecedor de Direito não pretenda ver praticada mais uma heresia jurídica ao pretender se estender o direito da ação popular a entidades com personalidade jurídica que Vossa Excelência definiu. Até porque Vossa Excelência sabe como são compostas as associações.

Vossa Excelência mesmo, aqui neste Plenário, tem votado contra projetos de lei que visam declarar de utilidade pública alguma entidade.

Em alguns concordo com Vossa Excelência, e em outros, creio que Vossa Excelência vota, não de acordo com a realidade dos fatos. Entretanto, se fôssemos tirar a possibilidade da pessoa física com ação popular para transferi-la a associações, estendê-las, creio que Vossa Excelência irá praticar uma heresia jurídica, porque Vossa Excelência, conhecendo a doutrina da ação popular, que aliás Vossa Excelência vai me dar razão, ação popular é a melhor lei criada neste País, nos últimos cem anos do nosso arcabouço jurídico, e espero que Vossa Excelência faça justiça, nasceu a ação popular depois de 1964, com o objetivo de moralizar a vida nacional, é obra do inesquecível jurista Nilton Campos.

E obra, Vossa Excelência, como eu, que combate este decreto-lei, obra do saudoso Presidente Castelo Branco, que conhecendo a realidade da vida nacional, resolveu dar, através deste instrumento legal que é a ação popular, o direito de qualquer povo recorrer ao Poder Judiciário, quando as autoridades competentes são omissas para fazer o ressarcimento aos cofres públicos, das quantias pagas, indevidamente, a mais.

Como Sua Excelência o Governador José Richa, não tomou as providências que a própria Comissão de Alto Nível lhe indicou, resta à Oposição para cumprir com sua missão fiscalizatória, buscar na lei de Castelo Branco e de Milton Campos os remédios para que o Paraná não tenha o prejuízo que teve.

Concedo aparte ao Deputado Aírton Cordeiro.

O Sr. Aírton Cordeiro — Nobre Deputado Luiz Alberto, o ilustre Líder do Governo e do PMDB

da Casa sulfanava, há pouco, da indicação dos delegados do PMDB ao Colégio Eleitoral, para a eleição do sucessor do Presidente João Figueiredo.

Considere extremamente importante a revelação que fez o nobre Parlamentar, ao dizer que foi aprovado um documento pela bancada do PMDB, através do qual os Delegados desta Assembléia Legislativa, delegados do PMDB por ser o partido majoritário deste Poder, deverão votar em aberto ao Sr. Tancredo Neves à Presidência da República. Documento escrito que pode pressupor a falta de confiança nos Srs. Parlamentares, como se já não bastasse a presença denunciada por Vossa Excelência, do Governador José Richa que vem interferir num assunto de economia doméstica da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná que deixa os seus gabinetes no Palácio Ixau e vem participando de uma decisão do PMDB na Casa.

Ora, como se não bastassem a independência que queremos ou teremos para o Poder Legislativo, com a intromissão indevida do Governador; ainda assim há necessidade de um documento escrito, um documento formal, significando o compromisso dos delegados para votarem em aberto no Sr. Tancredo Neves?

Seria falta de confiança naqueles que seriam eleitos um pouco mais tarde, na reunião da Bancada do PMDB? Seria medo de traição? O que seria? Qual é o problema? É um problema, Deputado Luiz Alberto, que afeta o Brasil inteiro, porque o Presidente é da República Federativa do Brasil. Não é o Presidente do PMDB.

E quando se fala tanto em aliciamento, em compra de votos, em comercialização de votos, na mercantilização do poder político de cada membro do Colégio Eleitoral, aí está o PMDB nos dando uma demonstração clara, pública e insofismável de sua falta de confiança nos seus próprios membros.

Profundamente lamentável que isto tenha acontecido. Mas diz mais o Líder do PMDB e do Governo, como disseram outros parlamentares situacionistas da Casa, pretendendo denegrir a Convenção Nacional do PDS, como se na verdade uma convenção partidária não significasse uma festa, uma confraternização.

Enquanto na convenção do PDS disputávamos o direito de indicar o nosso candidato, o PMDB cometia a excrecência de absorver José Sarney na chapa de Tancredo Neves. E cometia mais ainda, a grande heresia que se coloca diante do seu realismo partidário dos últimos anos, homologando pura e simplesmente uma candidatura que foi deferida, foi à audiência das bases, sem nenhuma convenção mais legítima e mais autêntica, porque foi uma candidatura gerada pelo poder da influência dos governadores peemedebistas do Brasil.

Não há conseqüentemente nenhuma autenticidade, nenhuma legitimidade na posição que o PMDB adota hoje. Já disse desta tribuna, e já disse publicamente, Deputado Luiz Alberto, em outras ocasiões, que o Governador José Richa afirmou ao Paraná que queria implodir o Colégio Eleitoral e por isso deixava de considerar esse

Colégio ilegítimo e espúrio. No entanto, o homem que o PMDB aponta para ser o seu Presidente, não admite sequer a redução do período do seu mandato. E quem quer implodir o Colégio Eleitoral, chega até ele, ganha dentro dele, e o extingue, no máximo em três meses depois, e convoca eleições diretas.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência permite o diálogo?

Ou, vota a favor da eleição direta, a Frente Liberal não tem, ao lado do PMDB e das Oposições não tem maioria? Por que não votar agora a eleição direta? Será que porque o candidato Tancredo Neves é ineleável na eleição direta?

O Sr. Aírton Cordeiro — Eu cheguei aí, Deputado Luiz Alberto.

Vossa Excelência lembra muito bem, mas essa hipocrisia, os brasileiros já não digerem mais, e os paranaenses estão repelindo já, agora, aí está o índice de aprovação do Governo Richa, hoje, só um por cento, ele que foi eleito há pouco menos de dois anos, com 60 por cento dos votos do Paraná.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Vossa Excelência me permite dialogar?

Eu ia tocar também no decadente prestígio político do Governador José Richa.

Quando o Deputado Roberto Requião lembra Santos, ele esquece de lembrar também, neste Plenário, o que se viu em Santos foi a mais corrupta campanha eleitoral, de dois Deputados do PMDB.

O Sr. Aírton Cordeiro — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Na sequência concederei, Deputado Aírton Cordeiro.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Não vou conceder o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Quero dizer a Vossa Excelência que Vossa Excelência cometeu um grande engano: a Ação Popular, nobre Deputado, aconteceu, com a redemocratização.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Gostaria que Vossa Excelência me desse a data da publicação da lei.

O Sr. Nilso Sguarezi — É preceito constitucional, nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Quando que foi regulamentada, nobre Deputado? Vossa Excelência sabe ou não sabe? Não cometa mais esse lamentável equívoco.

O Sr. Nilso Sguarezi — Permite-me somente concluir o meu aparte, nobre Deputado.
E quero lembrar ainda mais o seguinte:

Aqui está, na Ordem do Dia da Casa, mais um empréstimo internacional do Governo Richa.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado, e tem um minuto para concluir.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço o aparte do eminente Deputado Aírton Cordeiro.

Já que o Deputado Nilso Sguarezi, o Deputado Governista é esperto para trazer a esta Casa notícias de jornal, eu vou citar também duas notícias de jornal: uma, da "Folha de São Paulo", insuspeita portanto; o articulista também é insuspeito, é Ricardo Cocchio, que inclusive, foi o repórter das "Diretas". Sabem o que ele disse? Ele disse que a chapa do PMDB parece a Roberta Close, porque é transpartidária. Estas notícias devem também ficar nos Anais da Assembléia Legislativa.

Vou citar também o articulista Mauro Chaves, que disse, num artigo do "Estado de São Paulo", considerando como escárnia aberração, a candidatura de José Sarney:

"Constitui escândalo, o fato do ex-pedessista, ex-udenista, ex-bossanovista, ex-arenista, ex-Presidente da ARENA, ex-fundador do PDS e ex-Presidente do PDS, José Sarney, ser candidato ao lado de Tancredo Neves".

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão representar a Assembléia Legislativa como Delegados junto ao Colégio Eleitoral. Para tanto requer o seu registro. — Registre-se na Ata dos presentes trabalhos.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n.º 174/84. — Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 148/84), objetivando autorizar o Poder Executivo contrair operação de crédito externo com o BID, até o valor de US\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de dólares dos EUA), visa ainda autorizar concessão de fiança, garantia e contragarantia até o limite de US\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de dólares dos EUA), conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de

PROJETO DE LEI Nº 174/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, até o valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte) para aplicação no Programa de Construção, Melhoramentos e Requerimentos da Rede Ferroviária do Estado do Paraná.

Art. 2º - O prazo de amortização, carência, juros e comissões, obedecerão exclusivamente as taxas vigentes no Banco Interamericano de Desenvolvimento, as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências de órgãos encarregados da Política Econômico-Financeira da União.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder fiança, garantia e contragarantia até o limite de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte) de forma a atender as disposições legais estabelecidas pela Portaria Interministerial nº 039, de 08 de março de 1984.

Parágrafo Único - Para efetivação das garantias previstas neste artigo, o Poder Executivo poderá vincular o direito ao crédito resultante das quotas ou parcelas, de que é titular e que lhes são transferíveis, na forma dos arts. 25 e 26, da Constituição Federal, observadas as suas vinculações.

Art. 4º - O Poder Executivo incluirá nos Orçamentos Anuais, por intermédio de projetos específicos, suficientes dotações orçamentárias, para os juros e demais encargos da dívida a contratar, bem como para as amortizações serem procedidas, no período de vigência da operação de crédito prevista na forma do art. 1º desta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 174/84

PARECER:

O Projeto de Lei em exame é oriundo da Mensagem Governamental de nº 148/84, e objetiva autorizar o Poder Executivo a contrair operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, até o valor de US\$ 130.000.000,00 (Cento e trinta milhões de dólares) dos Estados Unidos da América do Norte, destinados ao Programa de Construção, Melhoramentos e Requerimento da Rede Rodoviária do Estado do Paraná, e também, autoriza a concessão de fiança, garantia e contragarantia até o limite fixado.

Tendo-se em conta a exposição de motivos do Chefe do Executivo, e também quanto aos ditames constitucionais, consideramos o presente Projeto em condições de ser encaminhado ao Plenário, para a devida consideração, opinando, a nível desta Comissão, favoravelmente.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 174/84

PARECER:

O presente plano de Lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 148/84, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a contrair operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de dólares).

A medida proposta justifica-se plenamente pelas suas finalidades, pois facultará a exequibilidade do Plano de Ação do Governo, na parte concernente à ampliação e melhoramento da malha rodoviária do Estado.

Convém ressaltar, também, que tal empréstimo terá como carência o período de execução do programa e a amortização far-se-á em 20 (vinte) anos; período bastante elástico se analisarmos mais acuradamente o retorno econômico e social de tal empreendimento.

A douda C.C.J. manifestou-se favoravelmente ao Projeto, não encontrando impedimento quanto a sua constitucionalidade.

No âmbito desta Comissão de Finanças não vemos, também, razões que obstem sua tramitação.

Nosso parecer, portanto, é favorável.

Sala das Comissões, em 13 de agosto de 1984.

(a) HOMERO OGUIDO

Presidente e Relator.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

39 Senhores Deputados responderam a chamada. Há quorum para prosseguimento da sessão e para deliberação.

A Presidência procederá a verificação de votação, atendendo solicitação do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

39 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Estão em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Para encaminhar, concedo a aplaina ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O Governador José Richa encaminha a esta Casa mais um pedido de empréstimo internacional. São agora mais 130 milhões de dólares, que Sua Excelência pretende abter na continuidade dos programas rodoviários iniciados no Paraná, no Governo Jaime Canet Júnior.

Recordo-me, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que naquela ocasião, quando se iniciava o programa rodoviário do Estado do Paraná, a bancada, então minoritária nesta Casa, votava sistematicamente contra os pedidos de empréstimos internacional, inclusive o Deputado e ilustre Secretário de Transportes, Deni Lineu Schwartz.

Como agora, Sua Excelência é governo; como agora Sua Excelência é o encarregado do setor de transportes, Sua Excelência deve ter evoluído, deve ter se convencido, ele e o eminente líder do Governo, de que realmente obter empréstimos internacionais no exterior para antecipar programas rodoviários é uma solução que se impõe ao Estado com as características agrícolas como o nosso.

Recordo-me, entretanto, que, naquela ocasião, o então Deputado Deni Schwartz afirma que votava contra, não pelo empréstimo, mas sim porque esta Casa não podia ser meramente uma Casa homologatória, referendando, passando um cheque em branco ao Poder Executivo e solicita o detalhamento dos programas rodoviários do Estado do Paraná. Os ex-Secretários, como Osires Stenghel Guimarães, vieram a esta Assembléia e, exaustivamente, debateram com os parlamentares os programas rodoviários. Agora, quando se trata de um empréstimo para o PMDB, o PMDB que se caracterizava na campanha eleitoral como o "partido da moratória", um partido que iria fazer uma administração "feijão com arroz" e não um partido que fosse conseguir empréstimo internacionais no exterior, nós fomos surpreendidos, com a inclusão no Ordem do Dia, desta Mensagem governamental sem, entretanto, ter acesso nenhum parlamentar da Bancada do PDS aos sete volumes que pousam sobre a Presidência desta Casa, para que pudéssemos saber em que condições de taxa de juro e quais as obras que efetivamente serão feitas ao largo deste período governamental em termos de estradas, pontes e reconstruções de estradas no Estado do Paraná.

Como o PDS, entretanto, não quer ter um comportamento radical nas coisas que interessam aos superiores interesses do Paraná, vamos, hoje, votar a favor deste projeto, até porque se analisa, hoje, a juridicidade e a constitucionalidade do mesmo, nos reservando para sessões posteriores analisar o seu mérito e verificar quais são as obras pretendidas pelo Governo do PMDB que vai buscar os dólares no exterior; que vai pegar o aval do Senhor Delfim Neto para que possa implantar aqui um programa rodoviário, dando continuidade aos esforços dos governos anteriores aos esforços da própria sociedade paranaense em oferecer melhores

condições de escoamento de nossa intensa produção agrícola.

Portanto, votamos favoravelmente com relação à constitucionalidade e juridicidade, nos reservando o direito de analisar o mérito nas sessões subseqüentes.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em votação. **Aprovado.**

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senhor Presidente.

pela terceira sessão consecutiva dirijo-me à Mesa para que faça cumprir o Regimento Interno da Assembléia, colocando na Ordem do Dia os projetos que se encontram em Regime de Urgência. Particularmente o Projeto n.º 41, de 84, n.º 124 de 83, 57 de 83 e uma boa dúzia de projetos de minha autoria e de outros Deputados que, embora se encontrem em Regime de Urgência, não frequentam estranhamente a Ordem do Dia desta Assembléia.

Espero que não tenha que repetir esta questão de ordem numa próxima sessão.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa tomará providências quanto ao que requer Vossa Excelência.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 49/83, (Ex-Proposição n.º 48/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios datados de 09/03/83, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 43/84, (Mensagem n.º 38/84 Ex-Proposição n.º 41/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 15/12/83, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Guaraci, objetivando a realização da Feira de Exposição Agropecuárias. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 44/84, (Mensagem n.º 39/84 Ex-Proposição n.º 42/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 25/04/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e o Município de Ibaiti, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução

n.º 45/84, (Mensagem n.º 40/84 Ex-Proposição n.º 43/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08/12/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 46/84, (Mensagem n.º 11/84 Ex-Proposição n.º 14/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o 3.º Termo Aditivo, de 08/11/83, ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 21/03/80, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Mandirituba, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 47/84, (Mensagem n.º 137/83 Ex-Proposição n.º 47/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 10/08/83, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Matelândia, Ribeirão do Pinhal e Tomazina, visando execução de obras para recuperação de estradas nos referidos Municípios. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 48/84, (Mensagem n.º 136/83 Ex-Proposição n.º 48/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08/07/83, entre o Governo do Estado através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Bela Vista do Paraíso, Cruzeiro do Oeste e Japurá, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 49/84, (Mensagem n.º 58/84 Ex-Proposição n.º 63/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 13/10/83, entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Jaguariaíva, Terra Roxa e Três Barras do Paraná, objetivando execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 50/84, (Mensagem n.º 59/84 Ex-Proposição n.º 64/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 03/06/83, entre o Estado do Paraná

através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaíra objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 51/84, (Mensagem n.º 135/83 Ex-Proposição n.º 49/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Ivaiporã, objetivando adoção conjunta com vistas à execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 52/84, (Mensagem n.º 134/83 Ex-Proposição n.º 50/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 10/10/83 entre o Governo do Estado através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras públicas em conformidade com o "PRODOPAR". **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 53/84, (Mensagem n.º 133/83, Ex-Proposição n.º 51/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Inácio Martins e Ivaí, objetivando ação conjunta execução do "PROSAFRAS". **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Paulo Patriani, ocorrido no dia 11 de agosto do corrente ano. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim de Oliveira ocorrido no dia 13 de agosto do corrente ano. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Anísio Luz, ocorrido no dia 12 de agosto do corrente ano. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Gueno, ex-Vereador do Município de Colombo. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Glauco D'Áurea Vieira, ocorrido no dia 13 de agosto do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Paulo Patriani, ocorrido no dia 11 de agosto do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 34/84, que dispõe sobre eleições diretas para Diretores de estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º graus. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 149/84, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 121/84), que autoriza o Poder Executivo permutar datas de terrenos com a Prefeitura Municipal de Ubatã, para construção da nova Delegacia de Polícia daquele Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretários da Educação e Administração, encarecendo a efetivação de teste seletivo para fins de enquadramento no quadro próprio do magistério público estadual a professores habilitados, se encontram no quadro único do pessoal do Poder Executivo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social, encarecendo reconsiderar a posição sobre o número de internamentos feitos pelo Hospital Itambé Ltda., no Município de Itambé. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a contratação de mais um funcionário para o Município de Moreira Sales. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo a destinação de uma ambulância devidamente equipada para a Coordenadoria no Município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a construção de um prédio para funcionamento da cadeia pública no Distrito de Corumbataí do Sul, no Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando voto de apoio aos organizadores do II Congresso Unijovens do Município de Medianeira. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Deputados Federais e Senadores do Congresso Nacional, apelando no sentido de que se rejeite o Projeto de Lei sobre agrotóxicos, de autoria do Governo Federal. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando a suspensão da sessão plenária do dia 21 de agosto do corrente ano, em virtude da realização nesta data da Mesa Redonda Sobre Erosão e Práticas de Controle. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Sra. Secretária da Educação, encarecendo seja fornecido gratuitamente material escolar e respectivos uniformes a alunos das escolas estaduais, filhos de desempregados, devidamente cadastrados em órgãos que controlam tal situação. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam isentos do pagamento do consumo de luz elétrica e de água e esgoto, os atuais desempregados de nosso Estado devidamente cadastrados por órgãos que controlam tal situação. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da Nota Oficial do PMDB, posicionando-se quanto à eleição para Presidente da República pelo Colégio Eleitoral. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Regional da COBAL, encarecendo seja atendida gratuitamente pela mesma, alimentação básica aos atuais desempregados de nosso Estado, devidamente cadastrados em órgãos que controlam tal situação. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo seja colocado um ônibus na linha de Quatro Barras com saída às 11:45 horas da rodoviária de Curitiba. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jovem Paulo Antonio Ramires Jamur, pela brilhante participação nos XXIII Jogos Olímpicos de Los Angeles. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do discurso do presidente Tancredo Neves, que se encontra publicado no jornal "Gazeta do Povo".
— Aprovado. À Diretoria Legislativa.

(A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, encarecendo sejam isentos do pagamento do imposto predial, os atuais desempregados de nossa Capital, devidamente cadastrados junto a órgãos que controlam tal situação. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do documento firmado entre a Frente Liberal e o PMDB. — Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 49/83, 43/84, 44/84, 45/84, 46/84, 47/84, 48/84, 49/84, 50/84, 51/84, 52/84 e 53/84.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 174/84.
Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 14 DE AGOSTO DE 1984.

NOTA OFICIAL DA BANCADA DO PMDB

A BANCADA DO PMDB DO PARANÁ decide, pela unanimidade de seus membros, que continuará a luta pelas ELEIÇÕES DIRETAS em todos os níveis; todavia, na existência de outra alternativa, acata a decisão soberana da IV Convenção Nacional do PMDB, que homologou como candidato a Presidente da República pela ALIANÇA DEMOCRÁTICA, o Governador Tancredo Neves, bem como seu programa mínimo.

Assim, para cumprir esta posição partidária, os nossos companheiros, Deputados Anibal Khury, Amélia Hruschka, Ferrari Júnior, Eduardo Baggio, Artagão Mattos Leão e Antônio Annibelli, Delegados ao Colégio Eleitoral, em qualquer hipótese, deverão votar em aberto no Governador Tancredo Neves, como também por decisão da Bancada, farão doação à Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, de todas as importâncias que receberem a título de "jeton" ou ajuda de custo, pelo comparecimento ao Colégio Eleitoral.

Finalmente, que esta decisão, a ser honrada como respeito ao Povo Brasileiro, seja comunicada à direção nacional do Partido, às Bancadas estaduais, aos Diretórios Municipais e à opinião pública paranaense, que nos cabe representar.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO

DO SR. DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 14 DE AGOSTO DE 1984.

MANIFESTO DA ALIANÇA DO PMDB COM A FRENTE LIBERAL

É a seguinte a íntegra do documento firmado pela Frente Liberal e o PMDB:

"Os signatários deste documento, representantes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e da Frente Liberal, objetivando a consolidação das instituições democráticas, o desenvolvimento econômico do Brasil e a realização da justiça social, deliberaram constituir uma "Aliança Democrática", aberta aos partidos políticos e demais forças democráticas, para eleger o presidente e vice-presidente da República às próximas eleições e instituir um governo que promova o encontro do Estado com a sociedade e concretize o bem-comum.

Fundamenta-se esta Aliança Democrática nos seguintes princípios:

COMPROMISSO COM A NAÇÃO.

O PMDB e a Frente Liberal, conscientes de suas responsabilidades perante a Nação, decidiram reunir seus esforços no propósito de promover as inadiáveis mudanças que a sociedade brasileira exige.

O entendimento que selam, neste momento, é o primeiro passo para a constituição de uma Aliança Democrática que se compromete com o destino nacional. Ao formalizá-lo, os signatários conclamam os partidos políticos e demais forças democráticas, animados pelos sentimentos de patriotismo, a se irmanarem nesta caminhada de fé e esperança do povo brasileiro.

O País vive gravíssima crise na história republicana. A hora não admite vacilações.

Só a coesão nacional, em torno de valores comuns e permanentes, pode garantir a soberania do País, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social.

Este pacto político propugna a conciliação entre a sociedade e o Estado, entre o povo e o Governo. Sem ressentimentos, com os olhos voltados para o futuro propõe o entendimento de todos os brasileiros.

É indispensável que se efetive o conagração nacional baseado na liberdade, na igualdade sob a lei, no escrupuloso respeito pela coisa pública, na justa participação de todos nos frutos do progresso, na solidariedade entre os brasileiros. Congração nacional capaz de propiciar, em clima democrático, as mudanças que a Nação reclama.

É urgente a necessidade de proceder-se a reorganização. É urgente a necessidade de proceder-se a reorganização institucional do País.

Uma nova Constituição fará do Estado, das leis, dos partidos políticos, meios voltados para a realização do homem — sua dignidade, sua segurança e seu bem-estar.

O Brasil deve ser um País para seu próprio povo, em que seja assegurado o exercício pleno da cidadania, respeitados os direitos humanos, preservadas a identidade e a cultura nacional.

Em uma Nação marcada pela pobreza e ameaçada pelo desespero dos marginalizados, a administração pública deve se caracterizar pela credibilidade e pela participação e se pautar sempre pela austeridade e moralidade.

É dever do Estado erradicar a miséria que afronta a dignidade nacional, assegurar a igualdade de oportunidades, propiciar melhor distribuição da renda e da riqueza, proporcionar o reencontro com os valores da nacionalidade.

Esse Brasil será edificado com o sacrifício, a coragem e as inesgotáveis reservas de patriotismo de sua gente.

Esta é a tarefa que cumpro empreender.

Esse entendimento possibilita a Aliança Democrática estabelecer como compromissos impostergáveis e fundamentais com a Nação brasileira.

Restabelecimento imediato das eleições diretas, livres e com sufrágio universal, para presidente da República, prefeitos das capitais dos Estados e dos municípios considerados estâncias hidrominerais e dos declarados de interesse da segurança nacional. Representação política de Brasília:

- Convocação de Constituinte, livre e soberana, em 1986, para elaboração de nova Constituição;

- Restabelecimento da Independência e prerrogativas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário;

- fortalecimento da Federação e efetiva autonomia política e financeira dos Estados e municípios;

- reforma da legislação eleitoral de modo a possibilitar a formação de novos partidos, permitir as coligações partidárias e assegurar às agremiações políticas o acesso democrático ao rádio e à televisão;

- retomada e reordenamento do processo de desenvolvimento, como opção fundamental da sociedade brasileira;

- reprogramação global da dívida externa, em condições que preservem o povo de sacrifícios insuportáveis e resguardem a soberania nacional;

- combate à inflação, através de medidas que considerem não apenas sua origem financeira, mas sobretudo seu caráter prioritariamente social. Saneamento financeiro interno e redução do custo do dinheiro;

- reforma tributária, como instrumento básico de realização dos objetivos de política social e econômica. Correção das desigualdades regionais e pessoais de renda;

- prioridade ao Nordeste e reconhecimento de sua capacidade na formulação das soluções mais adequadas ao resgate da dívida nacional para com a região;

- adoção de medidas de emergência contra a fome e o desemprego;

- Desconcentração do poder e descentralização do processo decisório. Desburocratização;

- apoio à livre iniciativa. Fortalecimento das empresas nacionais. Tratamento favorecido às pequenas e médias empresas;

- revisão da política salarial, com eliminação do processo de compressão do poder aquisitivo dos trabalhadores, dos servidores públicos e da classe média. Garantia da autonomia e liberdade sindicais e do direito de greve;

- educação fundamental para todos. Fortalecimento da Universidade e efetivação da sua autonomia. Apoio à pesquisa, no desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural;

- defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural brasileiro. Adoção de um plano nacional de

- combate a qualquer espécie de discriminação e preconceito quanto à religião, sexo e raça. Proteção aos direitos das minorias;

- direcionamento de recursos e estímulos para o aumento substancial da oferta dos bens e serviços indispensáveis à satisfação das carências básicas da população no campo da alimentação, saúde, educação e habilitação;

- Proteção do meio ambiente. Defesa da Amazônia. Política urbana. Melhoria da qualidade de vida e das condições de segurança individual;

- reestruturação da Previdência Social e do Sistema Financeiro de Habitação, com adoção de medidas que lhes propiciem condições de estabilidade e fidelidade aos objetivos sociais;

- execução de política agropecuária que assegure a fixação de preços mínimos realistas e a formação de estoques reguladores adequados. Reforma agrária mediante cumprimento do estatuto da Terra e melhoria das condições de vida do homem do campo;

- Política externa voltada para a preservação da soberania dos Estados, segurança e justiça internacionais e busca da paz.

Acordaram os signatários que o candidato a presidente da República seja proposto pelo PMDB, que indica o governador Tancredo Neves, e o candidato a vice-presidente da República seja apresentado pela Frente Liberal, que indica o senador José Sarney.

Estabeleceram, igualmente, que o programa governamental venha a ser conjuntamente elaborado pelo PMDB, Frente Liberal e partidos políticos que venham a integrar a Aliança Democrática, orientando-se pelos princípios constantes do "Compromisso com a Nação".

Finalmente, manifestaram a determinação ou sentido de desenvolver gestões com o objetivo de alcançar a participação dos partidos políticos e outras forças democráticas que, identificados com estes propósitos, desejem unir esforços através da Aliança Democrática, para solucionar os graves e urgentes problemas que afligem o Brasil e, integrados, pugnam pela vitória dos compromissos e das candidaturas que, para esse fim, indicam".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 14 DE AGOSTO DE 1984.

CANDIDATO QUER MUDAR SEM RADICALISMO

Discurso do presidencialista
Tancredo Neves. (Gazeta do Povo do dia 13.08.84).

Companheiros do PMDB.

Atendo o vosso chamado. Orgulho-me de pertencer a este partido. Formado na adversidade, crescido sob os golpes do arbítrio, maduro no sofrimento de seus militantes, ele se reúne, agora, para oferecer à Nação sua proposta de paz.

Sois a representação mais autêntica de nosso povo. Dele trazeis os restos de uma noite prolongada, povoada de medo. Dele é também a verdadeira esperança que conduziu ao longo destes anos.

A esperança é o único patrimônio dos deserdados, e é ela que recorrem as nações, ao ressurgirem dos

desastres históricos.

Se a esperança é o íntimo abrigo das pátrias, a liberdade é a razão e sua força. Só por meio da liberdade, a esperança se converte em ação, e os homens podem juntar seus sonhos, para fazer da vida, dádiva de Deus, a oração comum da alegria.

Soubemos, nestes tempos pesados, guardar a paciência e conservar a frente alta.

A causa do povo, se dispensa radicalismos, exige coragem. Foi essa coragem, assumida por todos nós, e sobretudo pela gente mais simples do povo, que nos deu ânimo na penosa travessia.

Saudamos, com alegria, os companheiros da Frente Liberal que se unem ao nosso partido, para a vigorosa arrancada democrática do povo brasileiro.

Trazem-nos eles uma colaboração da maior importância para a vitória em que acreditamos, e hoje a nossa união é sagrada e inquebrantável. Tanto assim que nesta histórica solenidade, tenho a honra de falar não somente em meu nome, mas também no do ilustre homem público senador José Sarney, candidato à vice-presidência da República, que simboliza, em nossa chapa de luta, a inabalável disposição de pelejarmos, cada vez mais irmanados, pelo triunfo de nossos ideais comuns.

Não basta, porém, esta forte e prestigiosa aliança. Estamos confiantes de que não nos faltarão com seu apoio, as demais forças democráticas, com seu passado de sacrifícios pela democracia. Mais uma vez não faltarão ao povo os contingentes respeitadas e populares do PDT, do PT e do PTB e, por que não dizê-lo, de todos os setores da sociedade para a ampliação do grande e empolgante movimento da Aliança Democrática.

Esta aliança que formamos é, como dissemos no ato de sua constituição, o núcleo da grande coligação política que reconciliará o Estado com a Nação.

Levamos, para as jornadas próximas, a força que nos conferem a confiança e o entusiasmo do país. Vamos em paz, para promover a paz.

A paz que pretendemos não é a que os vencedores impõem aos vencidos; é a que se edifica no entendimento e na concórdia.

Temos de compreender a verdade essencial de nosso pacto político. Nós o estabelecemos em favor de nossa gente. O Brasil que amamos não é entidade abstrata, feita apenas de símbolos, por mais que os veneremos. O Brasil que amamos está em cada coração e em cada alma de seus filhos. Restaurar, em seus olhos, o orgulho da pátria, é a missão que nos cabe. A soberania do país, é a soberania de seu povo; a dignidade do país é a dignidade de sua gente. Para que o Brasil seja grande e forte, e assegurada sua independência, é condição primeira o respeito sagrado aos direitos humanos.

O Brasil muito deve às nossas Forças Armadas. Desde quando se organizaram, ainda nas origens da nacionalidade, elas passaram a se constituir em vínculo de unidade nacional, na sustentação de nossas instituições livres, na projeção de nosso orgulho nacional e instrumento da consolidação de nossa democracia.

Emanados do povo, a serviço do povo, elas bem merecem o respeito e o reconhecimento nacional que as envolvem.

Nunca é demais saudá-las na grandeza de sua destinação histórica; e quando as vemos voltadas para sua modernização e profissionalização, sente-se a nação tranqüila em sua segurança e fortalecida a sua vocação de ordem, paz e prosperidade.

O poder mais elevado da nação é o seu parlamento.

Os representantes do povo são os portadores de sua soberania. O Congresso deve ter respeitadas todas as suas prerrogativas, entre elas a de exercer pleno controle sobre o Executivo.

Fiz minha vida pública em casas legislativas. Foi nelas que aprendi a força do diálogo e o poder do entendimento político.

É para nós uma razão a mais de alegria cívica realizar a convenção nacional do PMDB neste plenário tão carregado de história.

Companheiros. Cabe-nos enfrentar, com coragem e urgência, os problemas de natureza institucional.

Os homens necessitam de pactos definidos para a sua convivência devem sempre existir, entre eles, regras claras, que lhes estabeleçam os limites entre os direitos individuais e os direitos comunitários. Tais direitos, sendo mútuos, se fazem de concessões. O Estado terá de ser a linha possível entre os interesses de cada homem e os interesses de todos os homens juntos. O Estado é a sua constituição. Sem Constituição, não há Estado, mas precário arranjo entre os interesses e a força.

As Constituições, no entanto, não são obras literárias nem documentos filosóficos. Elas não surgem do espírito criador de um homem só, por mais privilegiado em sabedoria seja esse homem. Tampouco podem ser a codificação de propósitos de um ou outro grupo que exerça influência, legítima ou ilegítima, sobre a nação.

A Constituição é uma carta de compromissos, assumidos livremente pelos cidadãos, em determinado tempo e sociedade.

A vida das constituições está no espírito com que são concebidos. Quanto mais estejam subordinados aos efêmeros interesses das minorias, ou quanto mais atendam à voracidade de poder dos tiranos, menos podem durar. A verdade social é, assim, a essência de tais documentos.

Dispensar-me de comentar a Constituição que hoje se rege. Desassistida daquela verdade, que só o consenso nacional pode assinar, nossa Carta tem sido mero regimento para a conveniência de grupos minoritários, e se encontra perempta pela incontível vontade de mudanças que a nação manifesta.

Assumo, diante de nosso povo, o compromisso de promover, com a força política que a presidência da República confere a seu ocupante, a convocação de poder constituinte para, com a urgência necessária, discutir e aprovar nossa Carta Constitucional.

Esta carta devera devolver-nos a República e a Federação. Quando dizemos República, pensamos no governo assentado sobre o consentimento ativo de todos os cidadãos. Quando dizemos República, pensamos no voto livre, universal e secreto. Pensamos em mandatos de duração certa, em pluralidade partidária, em alternância normal de homens e doutrinas na administração política do país.

As eleições, livres e diretas para os cargos de vereador a presidente da República, são inseparáveis

do sistema republicano que adotamos a partir de 1881.

A República, para ser instrumento apto de governo, deve ser federativa. Em nosso século, praticamente inexistem repúblicas unitárias. Tenham ou não o nome de Estados federados, as regiões geopolíticas diferenciadas, nas nações modernas, dispõem de claros direitos de autonomia. Para nos valermos apenas de exemplos próximos aí estão Portugal e Espanha, que conferem o máximo de poder autárquico a seus municípios e regiões. O caso da Espanha é ainda mais expressivo. Trata-se de um Estado monárquico, cuja tradição é sempre centralizadora.

Recuperar a Federação é a nossa segunda grande tarefa institucional. Não basta declarar a Federação. É preciso que o governo da União abandone os excessivos poderes que se arrogou, a começar pelo de concentração tributária e distribuição política dos recursos fiscais. Cada comunidade deve usar do seu direito de estabelecer, por meio da casa legislativa competente, seus tributos próprios e decidir de seu emprego. Não pode a União dispor de mais do que necessita para responder a seus encargos, limitados pela Constituição. O que temos assistido é a ânsia incontrolável de domínio burocrático e de captação de recursos para financiar exacerbado controle da vida econômica e social do país.

Faz 150 anos, em reforma constitucional que equivalia à nova carta, a consciência descentralizadora do parlamento, sob a regência, criou as assembleias provinciais, com alguns direitos legislativos de que não dispõem hoje os Estados. A recuperação do sistema federativo, imposição da necessidade administrativa, por si só será grande vitória da razão sobre o arbítrio.

Constituição, Federação e reforma tributária são as tarefas prioritárias. Com nova carta, com a autonomia dos Estados e municípios e distribuição racional da carga fiscal e dos recursos públicos, poderemos avançar no caminho das mudanças.

A recuperação dos institutos políticos servirá para a reconquista de nosso orgulho nacional. Perdemos-nos em um emaranhado de atalhos, e retornamos, agora, ao caminho real.

Companheiros. É urgente a necessidade de impor-se ordem econômica ao Estado. Sem controle parlamentar, sem a vigilância dos cidadãos, as contas brasileiras, internas e externas, tornaram-se pesadelo angustiante.

Começamos pela dívida externa. Os países credores serviram-se de nossos sonhos de grandeza e, com os recursos que nos forneceram, ampliaram as restrições ao nosso desenvolvimento econômico. A flutuação da taxa de juros, expediente de que se valem a fim de fazer frente a seus déficits orçamentários, está levando o nosso povo a penosos sacrifícios. Já exaustos, os trabalhadores se esfalfam para produzir bens que se convertam em divisas, a fim de atender à ambição insaciável do sistema financeiro internacional.

As negociações da dívida externa serão realizadas na plena afirmação de nossa soberania. Obteremos dos credores, condições compatíveis com as possibilidades reais da economia brasileira. A recessão e o desemprego não são moedas de ajuste entre povos dignos.

Não é possível que o país continue enviando para o exterior cinco por cento da renda interna sob forma de pagamento de juros, outros serviços e amortizações. Tal saldo de recursos corresponde a verdadeira sangria na economia nacional e se materializa, em última instância, pela transferência de parcela da produção nacional ao exterior. Os produtos, por seu turno, correspondem à combinação de recursos naturais, mão-de-obra e capitais nacionais carreados para fora do país.

A posição brasileira deve ser a de honrar a dívida, mas há condições a serem analisadas, discutidas e renegociadas, para que o país não comprometa mais do que parte razoável de suas receitas de exportações nos pagamentos ao exterior.

Urge eliminar o gargalo imposto pela necessidade crescente de geração de superávits comerciais para pagar os serviços da dívida e sua própria amortização, para que o país obtenha a folga necessária para voltar a crescer.

Mais danosa do que os gravames que nos impõem é a brutal injustiça nas relações de intercâmbio entre os países do Hemisfério Norte e os que se situam ao Sul. A colonização política, que tanto custou aos povos, foi substituída pelos ardis do comércio externo e das relações financeiras.

A execução de nosso programa de governo não pode dispensar o respaldo de uma política externa voltada para os interesses nacionais refletindo os anseios de uma sociedade democrática.

Procuraremos ampliar relações com todos os nossos parceiros, independentemente do nível de desenvolvimento de cada um. Em todos os aspectos desse relacionamento, o Brasil há de ser sempre um parceiro confiável, cuja posição internacional não estará "à mercê de infortúnios conjunturais, mas lastreada na sua riqueza na seriedade de propósitos de seu governo e na confiança do povo quanto à sua capacidade de realizar-se como nação próspera, justa e independente.

Em nossas relações comerciais, financeiras ou tecnológicas, os interesses de médio e longo prazo do Brasil nos impedem abdicar do pleno desenvolvimento de nossas potencialidades, sobretudo naqueles setores estratégicos capazes de nos assegurar, em futuro próximo, um lugar definitivo entre os países que acionam as alavancas do progresso para o bem-estar de sua gente.

Em consequência, só assumiremos os compromissos internacional que possamos cumprir. Não aceitaremos imposições que se valham de nossa situação de vulnerabilidade momentânea. Em suma, não negociaremos o inegociável e nem dialogaremos sob pressão.

Com os países desenvolvidos cultivaremos relações de cooperação, que esperamos sejam crescentemente proveitosas, em termos que atendam a nossos interesses. Encontramo-nos no campo financeiro, na posição de devedor de vários desses países, mas, nos campos do comércio, da tecnologia e dos serviços, somos e seremos cada vez mais seus acirrados competidores.

Com os países em desenvolvimento, deveremos também expandir as cooperações econômicas e técnicas, já existentes em grau significativo. Impõe-se que a

solidariedade em que se baseiam essas relações, se e traduza em efetivo aproveitamento de vantagens recíprocas. Junto com os demais países latino-americanos, trataremos de atingir os objetivos de integração regional mutuamente acordados.

É a tradição brasileira contribuir para o aprimoramento do convívio e da cooperação entre as nações. Na quadra difícil que atravessamos, estou convencido de que nossa contribuição deve incluir uma participação ativa do processo de reformulação das instituições que desde o fim dos anos 40, vêm regulando as relações econômicas internacionais. Incapazes de lidar eficazmente com os problemas da atualidade financeira e comercial, assimétricas no que se refere aos direitos e obrigações de países ricos e pobres, insensíveis aos imperativos do desenvolvimento econômico e social da grande maioria de seus países membros, essas instituições freqüentemente mais acentuam do que corrigem os desequilíbrios existentes. Devemos valer-nos da experiência brasileira com tais instituições para apontar com clareza os caminhos de sua reformulação.

Ainda nas relações externas, sem o apelo histórico à xenofobia preservaremos os valores culturais que nos identificam como singular civilização entre os trópicos. Temos que assumir, com justificada soberba, a grande herança que trazemos das populações autóctones e das margens do Mediterrâneo. Essa marca ameríndia, latina, ibérica e africana, predomina em nossa forma de ser no mundo e de sentir o mundo. Os outros povos que para aqui vieram souberam integrar-se em nosso meio, e enriquecer a cultura nacional. Há, no entanto, que proteger o patrimônio espiritual de nosso povo contra aquele tipo de subcultura que nos impingem de fora.

Promover a cultura, dever do Estado, não significa criar uma cultura oficial.

É preciso deixar livres as forças criadoras de nossa gente e guardar com todo cuidado, os bens culturais que nos deixaram os brasileiros do passado e deixaremos aos brasileiros do futuro.

Entre as raízes de nossa cultura está a forte presença indígena. Cabe-nos ouvir a voz reivindicante destes brasileiros mais autênticos, e encontrar os meios de integrá-los na vida moderna, sem que isso signifique agredir seus costumes e suas crenças.

Devemos garantir-lhes o espaço geográfico e cultural que lhes permita conservar a sua própria identidade, de acordo com a vontade de cada grupo.

A identidade de um país está também na sua natureza. O progresso, indispensável, terá de ser conquistado com o respeito pelo ambiente natural.

A vida é o bem absoluto dos homens. Não pode haver vida em um ambiente assassinado pela cupidez de alguns.

Quando falamos em identidade nacional, há que se pensar na juventude brasileira. A grande maioria dos jovens, conforme revelam estudos sociológicos sérios, cultiva nossos valores tradicionais. São moças e rapazes que estudam, com enormes dificuldades, e não dispõem de tempo para a vida descuidada dos poucos privilegiados. Dessas rapazes e moças, poucos chegam à universidade.

A universidade, no Brasil, ainda é elitista. Temos que democratizá-la, efetivamente, e não continuar com

a mentalidade de que os filhos dos trabalhadores devem ser sempre trabalhadores, e doutores, os filhos de doutores. Perdida em divagações, formando profissionais para um país inexistente, a universidade brasileira necessita de uma reforma profunda e imediata.

Mas há toda uma juventude, toda uma infância que nos cumpre salvar com urgência. São os milhões de crianças e adolescentes abandonados de nosso país. Concentrados, em sua maioria imensa, nas grandes metrópoles, eles não têm lar nem futuro. São nômades nas ruas, obrigados a recolher delas, e de qualquer maneira, o pão de cada dia.

Não fomos capazes, nestas décadas de presunçoso crescimento, de dar trabalho a todos os brasileiros. Ao contrário: a modernização da agricultura, que engoliu os pequenos produtores em benefício dos vastos plantios para exportação, expeliu do campo para as cidades médias e maiores, inúmeros contingentes humanos. São eles os banidos, em sua própria pátria, desgarrados da paisagem ocupada por várias gerações familiares, e compelidos a vender sua força de trabalho, quando encontram quem a compre, a preços aviltantes. No interior do País, são eles os bóias-frias, designação que, em sua vulgaridade, espelha toda a humilhação a que são submetidos.

Nas grandes cidades são esmagados pela recessão econômica, e assistem, sem poder reagir, à desagregação da família que é o único bem dos pobres. Onde não há trabalho não há pão, e as migalhas acaso obtidas, Deus sabe como, são sempre molhadas com as lágrimas da vergonha.

Não podemos sentir o orgulho de cidadãos, enquanto houver, neste país, tanto sofrimento e tanto ultraje. Temos que transformar, e logo, as declarações gerais em favor da justiça social em atos concretos.

Isso exige toda uma nova concepção do objetivo social da economia. Temos que começar pela base, pela terra, que é a única geradora primária de riquezas. Não postulo medidas radicais e novas para a solução do problema agrário do Brasil. Vamos empenhar-nos em executar a legislação que aí está, proclamada e não cumprida. Para os anos próximos, a aplicação do Estatuto da Terra, por si só, corresponderá a uma revolução no campo.

A democratização da propriedade rural facilitará a desconcentração industrial e o fim do êxodo-rumo às imensas metrópoles, que já se tornam inabitáveis.

O problema da agricultura não é apenas o da posse da terra. É preciso vê-lo em toda sua complexidade, que envolve questões como as do crédito, dos subsídios, da tecnologia, dos insumos.

Não há país no mundo que negue subsídios aos produtores rurais. A atividade, apesar de toda a técnica moderna, continua sendo a mais arriscada do ponto de vista econômico.

Não há país que prospere com segurança, se não contar com uma agricultura poderosa. Por isso mesmo, teremos de encontrar o equilíbrio entre a questão social, que recomenda a disseminação de pequena propriedade rural, e as razões econômicas. Muitas reformas agrárias fracassaram porque não foram capazes de garantir o abastecimento urbano. A agricultura tem de produzir para o consumo interno e

para a exportação.

Temos tudo, no Brasil, para uma agricultura pujante. Mas recusamos o destino que alguns nos querem indicar, de meros fornecedores de comida barata ao mundo. A força da terra e o trabalho dos homens serão alicerce para a construção de um país industrialmente desenvolvido e politicamente respeitado.

Companheiros. Todas essas medidas só serão possíveis com a preservação e fortalecimento da empresa nacional e incentivos aos pequenos e médios empreendedores.

Fortalecer a empresa nacional é dar-lhe condições para desenvolver seu modo de produção, com uma política racional de crédito e incentivos fiscais, e inclusive, dentro de uma tecnologia que seja nossa. Em razão disso, defenderemos a reserva de mercado para, entre outros, o importantíssimo setor da informática. Mas não nos esqueçamos que o mercado não é uma entidade abstrata e nem pode ser reduzido apenas a dados estatísticos. Ele é constituído de criaturas humanas, soberanas no seu direito de escolha, e é a essas criaturas que devemos defender.

Investir na pesquisa científica é outra de nossas urgências. Não admitimos quaisquer vetos aos trabalhos dos cientistas brasileiros, que devem buscar o domínio do conhecimento em todos os campos.

Temos, entre esses investigadores, nomes de projeção universal. Falta-nos, porém, uma política decidida de estímulo a seu trabalho.

Vivemos internamente sob insólito sistema econômico que, para usar uma expressão que se tornou corrente, privatiza os lucros, mas socializa os prejuízos. Os dinheiros públicos são generosamente entregues a especuladores que, até mesmo na manipulação financeira, se mostram incompetentes.

As empresas estatais que constituem, em alguns setores, irretorquível necessidade, reclamam controle social maior. Mas é preciso cuidado nas críticas que a elas se fazem. Não podemos, em nome da privatização das empresas estatais, promover a desnacionalização da economia brasileira.

Companheiros. As relações entre o capital e o trabalho reclamam novo ordenamento jurídico. A da Consolidação das Leis do Trabalho é um diploma envelhecido no arbítrio, que desserve aos empregados e não serve aos empresários. O Código vigente só tem servido para iludir os trabalhadores e intranquilizar as empresas.

Não há economia forte com sindicatos fracos. A autonomia sindical é imprescindível à construção democrática do país.

Os sindicatos, quando no exercício de suas atividades legais, existem como legítimo instrumento dos trabalhadores, e sem eles não há paz social.

Companheiros. Em nossos tempos assistimos à emancipação social e política das mulheres. Esse é um movimento justo e irreversível. Como todas as revoluções, também esta se faz com dificuldades.

A mulher brasileira não se está emancipando porque pretenda libertar-se do lar. Ela vem sendo empurrada às atividades produtivas, fora de casa, pelas exigências da vida moderna. Sem o seu salário, hoje,

é difícil a sobrevivência das famílias de trabalhadores.

A mulher só será realmente emancipada quando tiver as mesmas oportunidades políticas dos homens. Elas devem participar das decisões nacionais e da administração pública, com sua inteligência e seu discernimento político em plena igualdade, e sua presença não pode ser vista como acontecimento insólito.

Companheiros. Estamos reunidos aqui, brasileiros de todos os Estados e de todas as condições sociais. O nosso partido, interclassista, é uma expressão genuína do povo brasileiro. Seu projeto é nacional, no sentido mais grave. Estamos convencidos de que o Brasil só será a grande nação que sua gente merece quando não houver zonas de depressão social e econômica na geografia do país.

A integração do Nordeste no conjunto nacional não é medida paternalista a ser assumida com os recursos do Sul. É providência reclamada para a prosperidade comum do Brasil. Necessitamos, todos nós, de dar aos nordestinos a oportunidade de desenvolvimento. As distorções históricas da economia nacional, resultantes da diferença de clima, mas também de injunções políticas, agravaram-se nas duas décadas passadas, com a concentração de recursos pelo poder central.

Já temos dito e repetido: o Nordeste é a primeira, a maior e a mais importante das prioridades nacionais.

Companheiros. A inflação é, entre tantos desafios da urgência, o que me parece o mais grave. Mas não se pode combater eficazmente a inflação, quando o poder público dela se serve e busca estimulá-la com a indexação geral da economia. Haveremos de encontrar com a assessoria dos grandes mestres da teoria econômica e os conselhos da razão política, os meios para sanear a moeda e recuperar a confiança nas atividades produtivas. O que não podemos permitir é a continuação dessa drenagem enlouquecida de recursos para a aplicação em títulos que, por sua vez, não se destinam a investimentos produtivos, mas a especulação insensata de um monetarismo hipertrofiado.

Só os néscios, porém, podem acreditar no êxito de uma política recessiva no combate à inflação. A ação deflacionária exige a colaboração ativa da sociedade, e a sociedade não lhe dará seu assentimento se não houver rápida criação de novos empregos, favorecimento às iniciativas de trabalho e produção próprias, e o atendimento às necessidades básicas do povo.

A hora presente reclama, além da geração de empregos, salários justos, uma Previdência Social eficiente, e solução para o gravíssimo problema do Sistema Financeiro de Habitação.

O BNH é grande exemplo da insânia do poder. Financiado com o suor do trabalhador, que perdeu, para isso, a garantia de emprego e ganhou a maldição de um compromisso crescente, o órgão é o novo leviatã nacional. Só a morte do trabalhador liberta a sua família do contrato perverso que um dia assinou, com o sonho de ser o senhor sob seu teto.

Não será o trabalhador brasileiro, com os salários reduzidos enquanto prosperava o Estado e prosperavam alguns, que irá ser executado em consequência do desequilíbrio financeiro do BNH.

Teremos de encontrar a forma justa de superar todo o sistema e a encontraremos.

Devemos reunir toda a coragem para resolver o problema da Previdência Social. Depois de anos seguidos de desacertos, ela se tornou uma pesada máquina burocrática.

Os trabalhadores e seus familiares não podem, sem embargo, pagar pelos erros da administração previdenciária. A cada mês contribuem com parte ponderável do seu sacrificado salário para assegurar a assistência médica e a aposentadoria modesta.

Em todo o mundo há crise no sistema de seguro social — mas é duvidoso que haja uma situação tão grave como a nossa. Durante anos seguidos, a Previdência Social tem sido o paraíso da irresponsabilidade burocrática, da corrupção, da fraude, do nepotismo.

Trataremos deste problema com decisão e firmeza. A sociedade brasileira clama contra a sobrevivência de leis arbitrárias, como a de Segurança Nacional, a que disciplina o exercício da imprensa e a regulam o direito de greve.

Em todos os países, há leis semelhantes, mas as nossas devem ser escoimadas do espírito totalitário que as inspira.

Essa tarefa deverá ser cumprida pelo Congresso, que terá, para isso, o apoio decidido do Poder Executivo.

Companheiros. O povo brasileiro reclama

mudanças e iremos promovê-las. Não faremos apenas um governo de transição. Nosso propósito é o de presidir o grande acordo nacional para a transformação do Brasil em um país restaurado em sua honra em sua riqueza e em sua dignidade.

Sabemos como serão penosas as jornadas a vir. Durante muitos anos as dificuldades puderam ser proteladas com manobras e manipulações contábeis.

Agora não há mais recursos para o adiamento. Chegou a hora da verdade, assustadora verdade, e teremos de enfrentar todas as dificuldades com coragem e determinação.

Para isso, temos de buscar, no sacrifício de nosso povo, o indispensável exemplo de amor à pátria.

São estes homens e mulheres que na lide do campo, no interior das fábricas, nas estradas, nas cátedras e nos quartéis — verdadeiros construtores da nacionalidade.

O nosso pacto social assim afasta desânimos e ressentimentos, covardias e represálias, acomodações e revanchismo para abrir o país a uma nova estação da história.

Não será um tempo de milagres, nem de ostentação constrangedora. Tudo faremos para que os brasileiros tenham direito ao trabalho, à honra e à liberdade.

Para esta luta, em nome da Aliança Democrática, conto com a ajuda de Deus e a força do povo.